

MARIA DE NAZARÉ SERRA SILVA E GUIMARÃES
ELIANA AMARANTE DE MENDONÇA MENDES
organizadoras

**II SEMANA
DE ESTUDOS DE
LÍNGUA
PORTUGUESA
ANAIS**

VOL. II

21 a 25 de novembro de 1994

APOIO: CENTRO DE EXTENSÃO DA FALE/UFMG

Belo Horizonte
FALE/UFMG
1996

Diretora da Faculdade de Letras

Profa. Rosângela Borges Lima

Vice-Diretora

Profa. Prosolina Alves Marra

Chefe do Departamento

Profa. Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Projeto Gráfico da Capa

Glória Campos

Composição

Jorge Luiz de Oliveira Munhoz

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Departamento de Letras Vernáculas da FALE/UFMG

Faculdade de Letras da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 4049

31270-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - BRASIL

Fone: (031) 448-5127 e 448-3128

Fax. (031) 448-5120

À Profa. Clara Grimaldi Eleazaro

presença sempre constante e amiga
exemplo de dedicação incansável ao
setor de Língua Portuguesa

APRESENTAÇÃO

Dando continuidade à I Semana de Estudos de Língua Portuguesa, realizada em 1993, o setor de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da FALE/UFMG promoveu, no período de 21 a 25 de novembro de 1994, a sua II Semana de Estudos, privilegiando o tema “A pesquisa em língua portuguesa”.

Dada a amplitude do tema escolhido, foram organizadas as mesas redondas que discutiram os subtemas: A pesquisa em língua portuguesa oral e escrita e Modelos lingüísticas em debate. Também foram feitas palestras versando sobre o estágio atual da pesquisa em língua portuguesa, tanto na vertente sincrônica quanto diacrônica.

No turno da tarde, foram oferecidos dois seminários: o 1º, coordenado pela Profa. Haydée Ribeiro Coelho, tratando do ensino de literatura nos manuais didáticos e o 2º, coordenado pelos professores Cosme Damião da Silva e Maria de Nazaré Serra Silva e Guimarães, enfocando a questão da fixidez e mutação da língua.

Paralelamente a esses seminários, os professores Regina Lúcia P. Dell’Isola, Sônia Maria Queiroz e Ronald Claver ofereceram, em dias consecutivos, uma oficina de produção de texto, muito concorrida.

A alta qualidade dos trabalhos apresentados aliada à presença de professores renomados como Sírio Possenti (UNICAMP) e Leda Bisol (UFRGS), além do grande interesse do público alvo – alunos da graduação e professores de 1º e 2º graus – confirmaram a necessidade e a importância de encontros como esse – momento de reflexão e discussão sobre a língua.

Esperamos, assim, estar contribuindo efetivamente para o avanço dos estudos em língua portuguesa, almejando, sem dúvida, um ensino mais eficiente e produtivo para nossos alunos.

Por fim, queremos agradecer a todos professores, alunos e funcionários que tornaram possível a realização desse evento, em especial à Profa. Rosângela Borges Lima, diretora da FALE, pelo incentivo; ao CENEX/FALE, pelo apoio valioso; à Comissão organizadora do evento, composta pelos professores Eliana Amarante de Mendonça Mendes, Regina Lúcia Péret Dell'Isola, Cosme Damião da Silva e Maria de Nazaré Serra Silva e Guimarães e à atual chefe do Departamento, Profa. Eliana Amarante de Mendonça Mendes, pelo empenho na publicação desses anais.

Belo Horizonte, outubro de 1996.

Profa. Maria de Nazaré Serra Silva e Guimarães

II SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

21 A 25 DE NOVEMBRO DE 1993.

DIA: 21.11.94 – segunda-feira

09:00 - Abertura

09:30: Conferência: O estágio atual da pesquisa em língua portuguesa
Conferencista: Prof. Sírio Possenti – UNICAMP

14:00 às 17:00: Seminário: *O ensino da literatura nos livros didáticos: projetos de pesquisa desenvolvidos na FALE*
Público: alunos de graduação em Letras e professores de 1º e 2º graus (30 vagas)
Coordenadora: Profa. Haydée Ribeiro Coelho - UFMG

20:00: Conferência: *O estudo atual da pesquisa em língua portuguesa*
Conferencista: Prof. Luiz Carlos de Assis Rocha - UFMG.

Dia: 22.11.94 - terça-feira

09:00: Mesa-Redonda: *A pesquisa em língua portuguesa oral e escrita*
Coordenadora: Profa. Ana Maria Clark Peres - UFMG
Participantes: Prof. Mário Alberto Perini - UFMG
Profa. Maria Helena Ribeiro Starling - UFMG
Profa. Anilce Maria Simões - UFMG

14:00 às 17:00: *Oficina de produção de texto*
Público: alunos de graduação em Letras e professores de 1º e 2º graus (20 vagas)
Coordenadora: Profa. Regina Lúcia Péret Dell'Isola - UFMG.

20:00: Mesa-Redonda: *A pesquisa em língua portuguesa oral e escrita*
Coordenadora: Profa. Maria Auxiliadora da Fonseca Leal - UFMG.
Participantes: Prof. César Augusto da Conceição Reis - UFMG
Profa. Maria da Graça Ferreira da Costa Val - UFMG
Prof. José Fernandes Vilela - UFMG.

Dia: 23.11.94 – quarta-feira

08:00 às 11:00: Comunicações com tema livre

Coordenadora: Maria de Nazaré S.S. Guimarães - UFMG.

14:00 às 17:00: *Oficina de produção de texto*

Público: alunos de graduação em Letras e professores de 1º e 2º graus (20 vagas)

Coordenador: Profa. Sônia Maria de Melo Queiroz - UFMG.

19:00 às 21:30: Comunicações com tema livre

Coordenador: Prof. José Fernandes Vilela - UFMG

Dia: 24.11.94 – quinta-feira

09:00: Palestra: *A pesquisa sincrônica e diacrônica em língua portuguesa*

Palestrista: Profa. Maria Antonieta Amarante de M. Cohen - UFMG

14:00 às 17:00: *Oficina de Produção de Texto*

Público: alunos de graduação em Letras e professores de 1º e 2º graus (20 vagas)

Coordenador: Prof. Ronald Claver - UFMG.

20:00: Palestra: *A pesquisa sincrônica e diacrônica em língua portuguesa*

Paletrista: Profa. Vanda Bittencourt - UFMG.

Dia: 25.11.94 – sexta-feira

09:00: Mesa-Redonda: *Modelos lingüísticos em debate*

Coordenadora: Profa. Evelyne J.A.A.M. Dogliani Madureira - UFMG

Participantes: Profa. Leda Bisol - UFGS

Profa. Maria Beatriz do Nascimento Decat - UFMG

Prof. Hugo Mari - UFMG.

14:00 às 17:00: Seminário: *Norma e uso: fixidez e mutação da língua*

Público: alunos de graduação em Letras e professores de 1º e 2º graus (30 vagas)

Coordenadores: Profa. Maria de Nazaré S. S. Guimarães e Prof. Cosme Damião da Silva - UFMG

20:00: Mesa-Redonda: *Modelos lingüísticas em debate*

Coordenador: Prof. Luiz Carlos de Assis Rocha - UFMG.

Participantes: Prof. Lorenzo Vitral - UFMG

Profa. Ida Lúcia Machado - UFMG

Prof. Daniel Alvarenga - UFMG.

Encerramento.

Sumário

PALESTRAS

A Pesquisa Diacrônica em Língua Portuguesa _____ 10
Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen

A Pesquisa Sincrônica e Diacrônica em Língua Portuguesa _____ 16
Vanda de Oliveira Bittencourt

MESAS-REDONDAS

Oralidade e Prosódia _____ 31
César Reis

Do Enunciado à Enunciação _____ 40
Hugo Mari

Aplicações Práticas de Algumas Teorias da Análise do Discurso _____ 55
Ida Lúcia Machado

O que é Gramática Gerativa _____ 63
Lorenzo Vitral

Achou o vale brinde... ganhou _____ 67
Maria Beatriz Nascimento Decat

PALESTRAS

A Pesquisa Diacrônica em Língua Portuguesa

Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen

(UFMG)

Fui convidada pelo Departamento de Letras Vcmáculas a fazer uma apresentação sobre a pesquisa sincrônica e diacrônica em Língua Portuguesa, que aceitei com prazer: é sempre agradável falar sobre uma tarefa que executamos com entusiasmo. Pensei, no entanto, que seria mais adequado não fazê-la sozinha, mas reunir pessoas que já trabalharam e que trabalham sob minha orientação, na área da Lingüística Histórica Portuguesa, mais especificamente, na área da Sintaxe Histórica do Português. Convidei, portanto, depois de ter tido assentimento da comissão organizadora deste evento, para esta mesa as professoras, mestres em Língua Portuguesa pela FALE/UFMG, que desenvolveram pesquisa na área da sintaxe histórica, Maria Auxiliadora da Fonseca Leal e Maria Cândida Costa de Seabra, e o mestrando, também professor, César Nardelli Cambraia, que desenvolve pesquisa nesta área. Na verdade, o título de nossa apresentação deve ser apenas “A pesquisa diacrônica em Língua Portuguesa”, já que esta necessariamente inclui a descrição sincrônica, no tipo de trabalho que temos desenvolvido.

Minha exposição vai se dividir em duas partes: comentários gerais sobre o trabalho com a história das línguas e informações sobre o ‘status’ da lingüística histórica no panorama dos estudos lingüísticos contemporâneos no Brasil; sobre grupos de pesquisa existentes em outros estados e sobre as pesquisas em sintaxe histórica que vimos desenvolvendo desde 1987 aqui na Faculdade de Letras. Finalmente, para tratamento de temas específicos da sintaxe histórica do português, passarei a palavra à Auxiliadora, Cândida e César que apresentarão resultados de pesquisas concluídas e reflexões sobre pesquisas em andamento.

1) O trabalho do diacronista e a pesquisa em Lingüística Histórica do Português no Brasil

A primeira preocupação do lingüista histórico ao trabalhar numa área que não foi devidamente prestigiada no Brasil até o final da década de 80 (em

1984 Tarallo apresenta um trabalho intitulado “A Fênix finalmente renascida”, em que trata do renascimento da Lingüística Histórica no panorama dos estudos lingüísticos no Brasil, e em 1988, Rosa Virgínia Mattos e Silva atualiza informações sobre o desenvolvimento da área com “Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil”) doze anos depois do artigo de NARO “Tendências Atuais e da Filologia no Brasil” (1976), consiste em não cometer as mesmas inadequações dos que nos precederam, e, a este respeito, nosso principal cuidado deve ser o de não cair no atomismo que caracterizou os estudos de história da língua portugueses e brasileiros e que contribuiu largamente para que esses estudos caíssem em descrédito, principalmente em face do crescimento vertiginoso dos estudos sincrônicos a partir da década de 70. É preciso que se vá além do registro de fatos lingüísticos de épocas pretéritas, e que esses fatos sejam, em primeiro lugar, descritos como parte de um sistema lingüístico, e, em segundo lugar, explicados dentro de uma teoria. Esta tarefa não é trivial, pois o conhecimento de fatos a respeito de períodos pretéritos da nossa língua é ainda muito incompleto, e um estudo que se pretenda lingüístico terá necessariamente de passar pela etapa de coleta de dados em textos escritos de épocas passadas, outra tarefa não trivial, que exige uma formação específica.

Outra razão para o descrédito dos estudos históricos foi a primazia dos estudos da língua falada sobre a escrita, e dos estudos sincrônicos, absolutamente necessários para o avanço dos estudos da linguagem sobre os diacrônicos, que veio como uma reação aos estudos historicistas do final do século passado, e que predominou no Brasil quase como a única possibilidade de se encarar a língua. O reflexo dessa primazia reflete-se até hoje nos currículos de Letras: profissionais de Letras que tenham se formado entre os anos de 1970 e 1990 aqui na FALE praticamente não tiveram uma formação em história das línguas, com exceção de um semestre de Filologia Românica e um de História da Língua Portuguesa. Temos, portanto, algumas gerações de profissionais de Letras a- e anti-históricos, uma lacuna realmente lamentável em sua formação.

Tudo o que não se encaixasse dentro dos estudos sincrônicos e que tivesse algum cunho historicista era sumariamente taxado de ‘filologia’, como se fosse fácil a distinção entre as duas áreas, isto é, lingüística e filologia. Costuma-se não se distinguir, por exemplo, entre a filologia portuguesa e a filologia românica. O que se chama simplesmente de ‘filologia’, sem

adjetivação, é no meu entender, a gramática histórica filológica, atomística, que apresenta os ‘fatos’ lingüísticos, mas não os encaixa no sistema estrutural e/ou social da língua. A Filologia Românica, por seu lado, já nasceu comparativa, e não pode ser considerada atomística: a visão da romanidade das línguas, essencial à área, impede que isso aconteça. Há também a tradição marcadamente neogramática chegada até nós via Portugal, que trata quase que exclusivamente de mudanças fônicas, dentro de um modelo teórico pouco entendido por nós.

A primazia da língua falada sobre a escrita e da sincronia sobre a diacronia é postulada por Saussure, que nos diz que, para o falante, a única e verdadeira realidade é o aspecto sincrônico e não o diacrônico. Apesar das idéias de Saussure a respeito da mudança lingüística terem sido combatidas no I Congresso Internacional de Lingüistas, em 1928, por Jakobson e Troubetskoy, dentre outros, que insistiram que o aspecto diacrônico das línguas seria tão possível de análise estrutural quanto o sincrônico, esta informação não chegou até nós, que lemos e repetimos Saussure de maneira simplista e incompleta, nunca observando, por exemplo, que a maior parte do *Curso* discute problemas diacrônicos.

Retomando, pois, a observação de que o falante não sabe, não ‘percebe’ que a língua muda, vemos que o lingüista sincrônico coloca-se na perspectiva do ‘falante’ já que para ele o aspecto sincrônico é também “a única e verdadeira realidade”. Esta tem sido a postura da maior parte dos estudiosos da linguagem no Brasil: a opção por estudar a língua como um objeto estático, o que certamente não os levou a ver o aspecto mutável das línguas. Como estudar mudanças lingüísticas se enxergamos a língua como um objeto estático? Que o falante não tem consciência de que a língua muda – e essa observação refere-se principalmente ao aprendizado de uma língua materna, ou seja, o falante não tem consciência histórica – parece fora de dúvida, embora possa se aperceber de variações. A postura do diacronista, apesar de não excluir a postulação de gramáticas de sincronias passadas, deve necessariamente ser diferente, pois, para nós, é necessário, imprescindível, que vejamos a língua como um objeto variável no tempo e também no espaço e na sociedade. Devemos ver a língua como camadas diacrônicas que se harmonizam num todo, mas que têm ‘idades’ diferentes. A constatação de que o falante não tem a dimensão diacrônica não nos leva a declinar os estudos diacrônicos, mas a refletirmos sobre sua metodologia e seus pressupostos. Portanto, a primeira recomendação para quem quer ser

diacronista é: use os “óculos diacrônicos!” Em todo fenômeno lingüístico observado tente ver “camadas” antigas, novas, não-tão-antigas e não-tão-novas. Isso não o impedirá de ver a língua em seu funcionamento sincrônico. Mas se optar por estudar a língua como um objeto estático, aí sim, estará cego para enxergá-la como um objeto variável, e nunca será diacronista!

Observe-se, como exemplificação, a lista dos nomes abaixo. Como se pode ver, todos terminam em -ão: dos dez, sete, na verdade, terminam com -ção. O plural deles varia:

(i) Grupos de Nomes terminados em -ão

cão/cães; capitão/capitães; alemão/alemães; civilização/civilizações; demonstração/demonstrações; liquidação/liquidações;

inflação, falação, dormição (não admitem plural).

(ii) Grupos de Nomes terminados em -ão

Cão, capitão, alemão, coração (1), demonstração (2), civilização (3), inflação, liquidação (4), falação, domição (5).

Informações históricas (a simples consulta a um dicionário etimológico) nos esclarecerão que essas palavras, apesar de aparentemente semelhantes, têm ‘idades’ diferentes: cão, capitão e alemão (grupo 1) são provavelmente as mais antigas; demonstração (grupo 2) é mais recente do que as do grupo (1); civilização (grupo 3) é empréstimo; inflação e liquidação (grupo 4) são palavras formadas já depois da língua portuguesa constituída como tal, e falação e dormição (grupo 5) são neologismos criados a partir de ‘falar’ e ‘dormir’. Pode-se, através deste exemplo, identificar as camadas diacrônicas a que me refiro.

A Lingüística Histórica já renasceu, portanto, no Brasil, apesar de nunca ter morrido em muitos outros lugares fora daqui. Estamos agora numa posição bem mais cômoda: devido à miríade de correntes do pensamento lingüístico que se espalham pelo mundo na atualidade não somos mais obrigados a adotar uma postura sincrônica perante os fatos da linguagem; o exagero estruturalista já passou, assim como o historicismo obrigatório do século passado, e estamos livres para escolher trabalhar na área que nos atraia mais! Os ‘diacronistas enrustidos’ podem se denunciar. A Lingüística Histórica está em posição de destaque. Os gerativistas se permitem buscar

argumentos oriundos da mudança lingüística para fortalecer sua Gramática Universal, continuando suas incursões na diacronia, também presentes em versões anteriores da gramática gerativa.

2- Grupos de pesquisa

Há no Brasil, atualmente, quatro universidades onde se estuda a mudança/variação lingüística: a Universidade Federal da Bahia, com o Grupo PROHPOR, que tem um projeto sobre a história do Português, coordenado pela Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva; os variacionistas da UFRJ que estudam variação, como, por exemplo, Maria Cecília Mollica; Marta Scherre e Anthony Naro; o grupo que estuda variação lingüística numa perspectiva funcionalista-discursiva, como o do Sebastião Votre; na UNICAMP Mary Kato continua, de certa forma, o trabalho do Fernando Tarallo, unindo variacionismo a gerativismo. Carlos Alberto Faraco, do Paraná, que está retomando agora suas atividades diacrônicas, e nós, de Minas Gerais, que fizemos parte do antigo mestrado em Língua Portuguesa e agora integramos o Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, num projeto de Sintaxe Histórica, ao lado de outros, que abordam outros tipos de mudança: difusão lexical (Marco Antônio de Oliveira) e mudança sintática numa perspectiva gerativista (Jânia Ramos).

Desde 1987 vimos lutando pela sobrevivência dos estudos diacrônicos aqui na FALE, de uma maneira sistematizada. Sempre houve alguma atividade diacrônica aqui, apesar de isso não ser tão divulgado assim: no mestrado em Língua Portuguesa houve algumas dissertações de cunho histórico, como, por exemplo, a da Profa. Viviane Cunha, que tratou da metafoia portuguesa; a da Profa. Maria Amélia Formiga, que tratou do futuro românico (ambas orientadas pela Profa. Angela Vaz Leão); a de Vicente Gonçalves que tratou de processos de gramaticalização e de Paulo Duarte (orientando da Profa. Clara Grimaldi Eleazaro), que também fez incursões diacrônicas ao tratar da derivação parassintética no Português – mas quando me refiro à luta de uma maneira sistematizada estou enfatizando que a pesquisa diacrônica, ou sobre mudança lingüística no Português, deve ser institucionalizada e financiada para que tenha direito à existência como qualquer outra área de pesquisa. Se for financiada terá necessariamente de ser divulgada e assim começará a se sedimentar. Nesse sentido desenvolvo um projeto integrado financiado pelo CNPq cujo objetivo principal está

expresso no seu título “Desenvolvimento de estratégias de leitura/análise de línguas arcaicas como etapa imprescindível para o estudo de mudanças sintáticas analisadas ‘a posteriori’ II”. Este projeto, além de tratar de questões substantivas a respeito da mudança sintática, está criando um banco de textos informatizado para pesquisa em Lingüística Histórica (BTLH), executado por bolsistas de Iniciação Científica, que paralelamente à parte técnica de digitação, desenvolvem um projeto diacrônico (como o que o então bolsista César Nardelli Cambraia desenvolveu e apresentou à IIª Semana de Iniciação Científica, que versou sobre as variantes gram/grande no Português dos séculos XIV a XVI, e também o de Flávia Bueno Maffra, com um trabalho sobre a relação participio passado/adjetivo no Português dos séculos XV e XIX, apresentado na III Semana de Iniciação Científica e também ontem à noite, neste Encontro). É a 4ª bolsista trabalhando no projeto e outro começará em 1995. Há também dois mestrados e um doutorando desenvolvendo pesquisa na área diacrônica e uma vaga está sendo oferecida para o mestrado em Sintaxe Histórica, para início em 1995.

Haveria muito ainda a ser discutido, mas como avisei, minha fala seria predominantemente informativa, e as questões mais específicas vão ser colocadas pela Auxiliadora, Cândida e César. Obrigada.

A pesquisa sincrônica e diacrônica em língua portuguesa

Vanda de Oliveira Bittencourt
(UFMG)

Sem dívida, para quem hoje usa e tem a oportunidade de refletir sobre a língua que usa, alguma informação histórica passada é um instrumento útil para o conhecimento de sua língua. (MATTOS E SILVA, 1991: 13)

Essa afirmação da Profa. Rosa Virgínia Mattos e Silva, que tanto tem contribuído para o revivescimento da abordagem diacrônica do Português entre nós, vem trazer à tona uma antiga polêmica em tomo da distinção que se costuma fazer entre **sincronia** e **diacronia**.

Termos adotados por SAUSSURE (1922), o primeiro serve para designar a concatenação dos fatos de uma língua num dado momento ou estado de sua história, ao passo que o segundo refere-se aos fatos da língua tomados na sua sucessão, isto é, no devir das sincronias.

Transpondo essa dicotomia mais voltada para a perspectiva do objeto de estudo em si (a língua) para a da sua abordagem, vamos constatar, no percurso temporal dos estudos lingüísticos, a proeminência conferida pelos autores a um ou a outro desses dois pontos de vista, sincrônico ou diacrônico, o que estaria espelhando uma tensão também sob tal aspecto.

Em decorrência da própria concepção de linguagem e do relevo conferido à língua escrita literária, vista como material a ser resguardado ou modelo ideal a ser imitado, os estudos lingüísticos, desde os primórdios, privilegiaram a ótica sincrônica, em detrimento da diacrônica.

Com o despertar do interesse pela comparação de línguas, ocorrido no início do século XIX, a situação até então vigente sofre uma reversão total. A dimensão histórica assume a vanguarda e os horizontes do campo de investigação deixam de restringir-se a um idioma particular (grego, latim, português), passando a englobar línguas geneticamente afins (indo-européias, germânicas, neolatinas, eslavas, etc.). Assiste-se, então, ao nascimento da Filologia (ou Lingüística) Comparada, que vai tendo formada a sua credibilidade científica com um instrumental metodológico

mais sistemático e racional que desenvolve: o Método Histórico Comparativo.

O entusiasmo pela oportunidade de contato com línguas até então desconhecidas (o sânscrito, por exemplo), a eficácia da metodologia aplicada, sobretudo no terreno da fonética, vão determinando que o fiel da balança da investigação lingüística penda, unilateralmente, para as bandas da diacronia. Os seus representantes mais exacerbados recebem o nome de “neogramáticos”, conferido pela ala adversária que os quer ridicularizar. Aceitando com orgulho a designação, esse grupo defende acirradamente a universalidade e a imutabilidade das leis fonéticas, que vão estabelecendo, a partir do acompanhamento que fazem do dinamismo evolutivo das línguas.

Nas primeiras décadas do século XX, a tensão entre as duas perspectivas de análise, sincrônica e diacrônica, é reavaliada por SAUSSURE (1922) e seus seguidores, resolvendo-se, de novo, e de um modo mais contundente, em favor da primeira. Aliando sincronia ao fato estático, e diacronia, ao mutante, entre os adeptos da nova corrente, dita estruturalista, a opção é por separar um do outro, encarando-os dissociadamente entre si.

A conciliação chega praticamente na década de sessenta com a inauguração da Sociolingüística Quantitativa por WILLIAM LABOV. No seu texto a três mãos com WEINREICH e HERZOG (1968, p.99-100), a recomendação básica é que “se aprenda a ver a linguagem – de um ponto de vista diacrônico e/ou sincrônico – como um objeto detentor de heterogeneidade sistemática” (p.99-100). A metodologia adotada por essa linha de análise oferece ao pesquisador condições de detectar mudanças em curso no conjunto de variações presentes, num determinado estágio lingüístico. Tem-se, então, a possibilidade dupla de apreensão da mudança: no tempo aparente (na sincronia em estudo) e no tempo real (numa sucessão de sincronias).

Essa compatibilização atinge até mesmo os quadros da Gramática Gerativa, de base racionalista. Na sua vertente de Princípios e Parâmetros, postulada mais contundentemente a partir de CHOMSKY (1986), tal programa teórico passou a encampar a questão da variação intra e inter-lingüística, descrevendo-a e justificando-a em termos da atribuição de valores diferentes para determinados fenômenos lingüísticos (variação paramétrica).

Num passo sem dúvida arrojado, vamos encontrar, no Brasil de hoje, estudiosos da UNICAMP, que vêm tentando associar os dois projetos, sociolinguísta (de base empirista) e gerativista (de caráter racionalista). Com isso, eles vão dando prosseguimento ao modelo teórico da “Harmonia Tran-Sistêmica” defendido por TARALLO (1987) e por TARALLO e KATO (1989), que, segundo os mesmos

... resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as possibilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento e reflexo, seja para realinhar um modelo em função do outro.

As pesquisas do grupo de Campinas somadas a outras, de linhas diversas, que vêm sendo empreendidas em instituições brasileiras (UFB, UFRJ, UFMG, etc.) soam como uma reabertura de espaço, entre nós, para o interesse pela história da língua portuguesa, que, de acordo com MATTOS E SILVA (1992: 87) tem sido “pouco pensada e estudada nas últimas décadas”. Esse novo impulso entre nós serve para restabelecer e renovar o acervo de pesquisas diacrônicas, arrefecido com o desaparecimento de autores como Ismael de Lima Coutinho, Serafim da Silva Neto, Theodoro Henrique Maurer Jr., Said Ali, Clóvis Monteiro e outros mais.

É justamente nesse contexto de congraçamento (ou de casamento) entre duas óticas de análise, bem como de programas teóricos com vários pressupostos dispares, que se insere a pesquisa que venho desenvolvendo, há já um bom tempo, acerca das estruturas causativas presentes no Português, sobretudo na sua vertente brasileira. A exposição, aqui, de alguns aspectos desse estudo nada mais é do que uma estratégia prática de que me valho para comprovar quão enriquecedor e até mesmo quão elucidativo pode ser o entrelaçamento das duas abordagens, sincrônica e diacrônica.

Buscando coadunar o plano dessa apresentação com a linha de trabalho docente que tenho desenvolvido junto à FALE, sigo um roteiro de apresentação, que se assenta na trajetória cronológica da própria investigação que venho empreendendo.

O impulso inicial que me levou ao estudo das causativas nasceu da constatação da ocorrência de estruturas de configuração sintética como as

de abaixo, coletadas de nossa língua oral distensa, e até mesmo de manifestações escritas:

- (1) a. “Bastou três ataques do Atlético para a torcida **tremer** o Mineirão.”
- b. “Do jeito que essa Brasília está, ela **ainda** vai **cair** a gente fora da estrada.”
- c. “Esse remédio aqui **morre** tudo quanto é praga de planta.”
- d. “Use o carrinho para o seu conforto e obrigado por **retorná-lo**.”
- e. “Tufão **soçobra** embarcações.”

Expressando, mais comumente, uma situação causativa em que o Causador age sobre o Causado, provocando nele uma mudança (de estado, de condição, de lugar, etc.), essa estratégia, de grande incidência num certo período da linguagem infantil (conforme fartamente indicado por FIGUEIRA, 1985), compreende alguns fatos importantes. Dentre eles, destaquem-se aqui o processo de transitivação de certo tipo de verbos mono-argumentais (ou intransitivos) e a extensão de um procedimento de causativação em concorrência com outros recursos presentes no Português. Dessa sorte, vamos encontrar a substituição de lexemas verbais intrinsecamente causativos como: **reconduzir, tirar, derrubar, matar**, etc., pelos supletivos, ou heterônimos, correspondentes: **voltar, sair, cair e morrer**, de caráter intransitivo, ilustrados em (1). Outro recurso de largo emprego entre nós é o uso de formas sintéticas em lugar de construções analíticas, constituídas de verbo causativo acompanhado de um complemento oracional infinitivo ou subjuntivo, conforme exemplificado nas sentenças abaixo, correspondentes aproximadas de (1):

- (2) a. Bastou (bastaram) três ataques do Atlético para a torcida fazer (com) que o Mineirão tremesse/o Mineirão tremer.
- b. Do jeito que essa Brasília está, ela ainda vai fazer (com) que a gente caia/a gente cair fora da estrada.
- c. Esse remédio aqui faz (com) que tudo quanto é praga de planta morra/tudo quanto é praga de planta morrer.
- d. Use o carrinho para o seu conforto e obrigado por fazer (com) que ele retome/fazê-lo retomar.
- e. Tufão faz (com) que embarcações soçobrem/embarcações soçobrar.

Na dimensão da sincronia, cabiam-me duas tarefas básicas (pelo menos): a definição do estatuto semântico e sintático do padrão sintético, em contraposição aos analíticos, e um levantamento quantitativo de ordem mais geral, que permitisse uma avaliação da produtividade real dos mesmos e propiciasse a detecção de indícios de mudanças já ocorridas ou ainda em progresso.

Para a execução da primeira atividade, parti de análises tradicionais como a de GÓIS (1945, 1955), que faz referência à transitivação de verbos intransitivos como: **adormecer, calar, acordar, passear**, etc., também registrada em outros gramáticas e em lexicógrafos. Embora diante de uma estrutura configurada como de SN V SN, esse autor (assim como os demais) atribui-lhe a mesma análise conferida às formas analíticas como as ilustradas em (2). Em seu trabalho de (1955:96) vemos expressa de modo mais explícito essa posição, abaixo transcrita:

*Antes desses verbos podem subentender-se os auxiliares **fazer** ou **tornar**, ex.: Adormeci a dor (adormeci o quê? a dor = Fiz a dor adormecer = Fiz que a dor adormecesse; dor é verdadeiramente o sujeito do verbo intransitivo **adormecer**; entretanto, ‘reveste a aparência’ de seu objeto direto.*

Tendo em conta que as duas possibilidades (sintética e analítica/semi-analítica) se distinguem por peculiaridades semânticas e sintáticas próprias, tomei novos rumos e encontrei em estudos que propunham uma classificação e análise diferentes para os verbos intransitivos, distribuindo-os em **ergativos**, quando portadores de um único argumento interno Paciente e verbos **inergativos**, também com um só argumento, mas de caráter externo e Agentivo.

Com base nessa dissociação e na definição do estatuto semântico e sintático de tal modalidade causativa, foi possível detectar com mais segurança a sua ampliação na fase atual do Português Brasileiro. Nos dados colhidos dos “corpora” de língua oral (Projeto NURC/São Paulo e Banco de Dados da FALE/UFGM), por exemplo, os resultados numéricos revelam o seguinte:

- a. a ascendência da estratégia de transitivação sobre a de caráter puramente lexical ou supletiva;

- b. a extensão desse mesmo procedimento a certos itens ergativos menos afeitos a tal processo, como, por exemplo, os indicadores de fenômenos da natureza: **amanhecer, entardecer, anoitecer, trovejar**, etc. conforme exemplificação abaixo:

(3) a. “...é essa tal de destruição da natureza que tá custando a **anoitecer** o dia.”

b. “Não foi nada não, deve ter sido aquele choro que me **amanhecer** de olho inchado.”

c. “O tempo frio **entardece** o dia muito mais rápido.”

d. “A noite inteira o céu **trovoou** um barulho só na minha cabeça.”

e. “Num sei não. Esse ar carregado vai **chover** é muita água hoje.”

c. a sua ampliação, em decorrência de novas criações lexicais originadas sobretudo de processos derivacionais envolvendo sufixos como **-IZAR**; **terceirizar, sarneyzar, informatizar, computadorizar, dolarizar, fulanizar, historicizar, cafuneizar**, etc.

d. a sua aplicação até mesmo em lexemas verbais intransitivos inergativos, isto é, com argumento único Agentivo, segundo nos testemunham os dados de (1a, d), bem como os de (4), abaixo, recolhidos da língua oral:

(4) a. “Ele **voltou** a aluna para o lugar.”

b. “Eu **almocei** os meninos e depois levei eles pra escola.”

c. “Foi a reza dos amigos que me **andou** de novo.”

d. “Criei coragem e **passei** os dois gêmeos na praça.”

e. “Os palmeirenses pegaram porretes e **correram** os são-paulinos do estádio.”

Até mesmo na língua escrita literária, também examinada, pude registrar a vitalidade da terceira tendência acima arrolada, ou seja, da causativação de itens verbais intransitivos, decorrentes de derivação prefixal, sufixal, ou parassintética (**encrespar, escurecer, atemorizar**).

Esse quadro aqui sumariamente delineado leva-nos a interpretar sob nova ótica esses enunciados sintéticos tidos como marginais na nossa língua por análises exclusivamente sincrônicas. Numa leitura de caráter diacrônico,

em que se leva em conta uma seqüência sucessiva de sincronias, eles poderão ser vistos como indícios de alterações de tipos diferentes como: inovação, fortalecimento, substituição, obsolescência, etc.

No caso em pauta, o levantamento empreendido no eixo temporal num período que se inicia no século XVI e chega até a fase contemporânea, confirma muitas das propensões detectadas na sincronia atual. Uma delas, por exemplo, é o enrijecimento progressivo do uso de determinados sufixos e sufixos formadores de verbos intransitivos, desde o latim vulgar até a fase românica, propiciando uma subsequente causativação por aplicação do estratagema de transitivação dos itens resultantes. Nessa retrospectiva do trabalho efetuado com as causativas de configuração sintética, não posso deixar de mencionar também um aspecto que me chamou a atenção e que procurei, na medida do possível, incluir na análise efetuada. Trata-se de sinais de envolvimento dos actantes do discurso na opção pela estrutura sintética em lugar da analítica, ou vice-versa. O exemplo abaixo, de coleta espontânea de diálogo oral entre estudantes pós-graduados da PUC de São Paulo, e já apresentado em BITTENCOURT (1988), ilustra bem isso:

(5) “Olha... até que a gente não pode falar mal do Quércia não. Ele tem feito muita coisa pra São Paulo. Vejam por exemplo quanta estação de metrô nova ele construiu... eh... quer dizer... eh... mandou construir...”

Vê-se, aí, que o falante, valendo-se inicialmente de uma forma sintética para valorizar a atuação do governador Oreste Quércia, percebe que pode ter cometido exagero e volta atrás, buscando amenizar, com uma estrutura menos comprometedora, a defesa que faz, do governador de São Paulo, ou o entusiasmo que demonstra por ele.

Obviamente, para abarcar aspectos dessa natureza, foram necessárias novas compatibilizações com linhas teóricas que extrapolam os limites do plano puramente gramatical e o nível de sentença.

Feitas essas breves considerações a propósito das causativas sintéticas (mais especificamente das transitivo-ergativas), teço, agora, alguns comentários sobre uma das estratégias de conformação analítica (ou semi-analítica), que é a constituída por “verbo causativo + complemento oracional infinitivo”. Dessas, a mais usual no Português brasileiro culto é a que porta Causado acusativo, abaixo exemplificado:

(6) “Tudo o que eu como me faz emagrecer.”

Tal padrão, no entanto, vem sendo suplantado na língua oral pela forma com Causado nominativo, expresso por pronome pessoal reto ou pela flexão do infinitivo. Os dados expostos abaixo são concernentes às duas possibilidades:

(7) a. “Só mesmo o Antônio Fagundes pra fazer **ela** suspirar desse jeito.”

b. “A saudade fez milhares de fãs visitarem o túmulo de Sena.”

A co-existência dessas duas construções, no estágio presente do Português (brasileiro e lusitano), permite-nos diagnosticar uma provável situação de mudança em curso. A análise das duas formas será um excelente auxiliar para comprovarmos isso e elucidarmos o processo aí subjacente.

Conforme se sabe, as causativas do tipo de (6), chamadas de “**acusativo + infinitivo**” já entre os gramáticos latinos, desafiam o analista com alguns problemas. Um deles é a definição da sua estrutura configuracional e outro, o esclarecimento do papel sintático exercido pelo SN Causado, selecionado pelo verbo infinitivo, mas que tem uma certa ligação com o verbo matriz causativo.

Uma solução encontrada na literatura corrente é que estamos diante de um período composto, formado por uma oração principal contendo o verbo causativo e uma subordinada, infinitiva, que funciona como objeto direto da primeira. Integrando essa última, o SN Causado configura-se como sujeito da oração infinitiva, podendo assumir a forma acusativa ou nominativa.

Outra vertente, por sua vez, toma o conjunto “verbo causativo + infinitivo” como conjunto verbal complexo, ou mesmo como uma locução verbal, sendo o Causado simultaneamente objeto do verbo principal e sujeito do infinitivo.

Embora diversas, essas posições analíticas (e outras) ajudam-nos a localizar o cerne da questão: as causativas (e outros tipos de estrutura completiva) de infinitivo apresentam uma configuração superficial ambígua (ou opaca, no dizer de LIGHTFOOT, 1979): a saber: V SN V. Nela, o SN pode ser interpretado tanto como associado ao primeiro verbo (operador causativo) quanto ao segundo, em infinitivo. A emergência, na nossa língua, da construção com Causado nominativo teria, portanto, o efeito “terapêutico” de desfazer a ambigüidade dessa estrutura, tornando-a “transparente”. O

SN Causado qualifica-se inequivocamente aí como sujeito da oração infinitiva encaixada, expressando-se, canonicamente, em nominativo. Temos, então, uma interpretação clara do período como bi-oracionai, ou seja, como *analítico*.

Consubstancia-se, desse modo, nessa variação instaurada na sincronia presente, uma situação de mudança, e de estratificação estilística, em que um padrão mais conformado aos moldes canônicos de marcação casual do sujeito no Português se acha em concorrência com outro, de conformação ambígua e praticamente obsoleto no Português oral distenso. Com isso, vai-se resolvendo gradualmente uma outra tensão bastante comum nas línguas indo-européias que é a que se verifica entre sintetismo e analitismo. No caso em apreço, é a segunda tendência que, como vimos, vai vencendo na língua oral, numa repetição do que se deu no latim vulgar não só com as estruturas com complemento oracional similares a (6), mas com outros tipos de construção.

Se alargarmos os horizontes dessa análise, fazendo um retrocesso à fase latina e chegando até o estado românico atual, estaremos complementando o quadro aqui traçado com uma visão da escalada temporal das causativas de infinitivo. Ao lado disso tomaremos consciência das peculiaridades do Português brasileiro frente a outras línguas românicas e à variante européia.

Vasculhando o latim escrito, encontramos, na sua fase arcaica (desde as origens até fins do século II a.C.), a forma “ancestral”, que deu origem a outras tantas, latinas e românicas. De configuração mono-oracional, ela contém um lexema infinitivo de caráter *nominal*, adjungido a um SN objeto direto de verbos transitivos de aceção causativa, volitiva, sensitiva, etc. Na sentença abaixo, temos um exemplo portando verbo causativo:

(8) “Iubeo eum / uenire”

‘Dou-lhe uma ordem: a de vir.’

Como o elemento também tem caráter verbal, essas estruturas, tais como as nossas de acusativo, são de leitura ambígua: o constituinte em acusativo pode ser visto como associado ao verbo matriz ou ao infinitivo. Assim, ainda nessa fase arcaica, ele é reinterpretado (ou reanalisado) pelos usuários como elemento *verbal*, passando a ter com o SN acusativo uma relação mais estreita, conforme indicado abaixo:

(9) “Iubeo / eum uenire”

‘Ordeno que ele venha.’

Dessa forma, na língua latina, a famosa construção de “acusativo com infinitivo”, que inicialmente complementa verbos de julgamento e de aceção causativa, propaga-se, no período clássico, a itens de outros campos semânticos.

No latim vulgar, apesar do fortalecimento das completivas de subjuntivo, de configuração mais analítica, as causativas de infinitivo ganham maior vitalidade com o aumento do uso de formas com **facere**, que, apresentando uma aceção mais neutra, consubstancia-se como um verbo “light” e líder dessa mudança quantitativa.

Perseguindo a sua evolução no Português brasileiro, em “corpora” constituídos de cartas e diários coletados do século XVI até o período contemporâneo, constatamos que tal esquema (de “acusativo + infinitivo”) foi o preferido durante um longo período como o mais produtivo, dando continuidade, pois, à fase latina, em que se registra Causado nominativo apenas nas construções passivas. Só mais recentemente, como já se comentou, ele vem sofrendo a concorrência da forma com nominativo, para a qual vem perdendo terreno na língua oral. Na tabela ao lado, podemos visualizar bem esse percurso aqui narrado:

Tabela 1

Estatuto formal do causado nas estruturas causativas de infinito:
século XVI a XX

Modo de Realização do Causado	Séculos												Total	
	XVI		XVII		XVIII		XIX		XX					
									L. Oral		L. Lit.			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 - Ø	18	54,5	26	55,3	26	50	46	47	05	38,5	04	20	125	47,5
2 - Acusativo	13	39,4	13	27,6	16	30,8	39	39,8	02	15,4	15	75	98	37,2
3 - Oblíquo Dativo	02	6,1	04	8,5	08	15,4	09	9,2	-	-	01	5	24	9,1
4 - Oblíquo Não Dativo	-	-	04	8,5	02	3,8	04	4,0	-	-	-	-	10	3,8
5 - Nominativo	-	-	-	-	-	-	-	-	06	46,1	-	-	06	2,3
TOTAL	33	100	47	100	52	100	98	100	13	100	20	100	263	100

Essa situação, diga-se de passagem, parece ser específica do Português do Brasil. Em outras línguas românicas como o Italiano, Francês e Espanhol, dá-se um aumento do “nexus” entre o verbo causativo e o verbo infinitivo, de modo que eles passam a formar uma espécie de complexo verbal: V + V. O verbo causativo (sobretudo o factitivo) sofre uma espécie de “gramaticalização”, aproximando-se, funcionalmente, de um afixo derivacional de caráter sintático.

Conseqüentemente a essa reanálise, o Causado passa a ter uma representação casual distinta, a saber: acusativo com verbos intransitivos, ou oblíquo (dativo e não dativo) com verbos transitivos. Nos dois conjuntos de exemplos abaixo, com verbo intransitivo e transitivo, respectivamente, instanciam-se as duas possibilidades:

- (10) a. Piero ha fatto lavorare Giovanni. (it.)
 b. Pierre a fait travailler Jean. (fr.)
 c. Pedro (le) hizo trabajar a Juan. (esp.)
 d. Pedro fez João trabalhar. (port.)
- (11) a. Piero ha fatto feggere il libro a/da Giovanni. (it.)
 b. Pierre a fait lire le livre à/par Jean. (fr.)
 c. Pedro (le) hizo leer el libro a/por Juan. (esp.)

d. Pedro fez ler o livro a/por João. (port.)

De pouca vitalidade nos “corpora” do Português brasileiro correspondentes aos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, nos fins deste, esses subtipos de causativa de infinitivo praticamente desaparecem da nossa língua, ocorrendo, de um modo esporádico, na modalidade escrita sobretudo literária.

Contrapondo as preferências do Português brasileiro e das línguas românicas supracitadas à situação latina, conclui-se o seguinte:

a) naquelas, o verbo causativo (principalmente o factitivo) é reanalisado como uma sorte de afixo derivacional de caráter sintático. O efeito dessa reanálise é a “**gramaticalização**” do lexema causativo, mais radical no Italiano do que no Francês e no Espanhol, segundo ZUBIZARRETA (1985). Para essa autora, é tão forte a aproximação entre o causativo italiano FARE e o sufixo derivacional -IZZARE que ela acaba conferindo aos dois elementos uma mesma análise, ao nível do léxico;

b) o Português brasileiro segue um rumo oposto ao de suas irmãs. O decréscimo de uso das formas do Causado oblíquo, a emergência de padrão com Causado nominativo (expresso nas formas pronominais ou na flexão do infinitivo) remetem-nos a uma reanálise que culmina num efeito oposto ao de suas línguas irmãs: o da “**desgramaticalização**” do item causativo, ou melhor, o da sua realização como verbo pleno. Estamos aqui em face de um dado que desfavorece a hipótese da auxiliabilidade aventada para as causativas por alguns de nossos autores (SAID ALI, 1966, por exemplo);

c) o Português europeu fica numa situação de meio-termo, apresentando tanto estruturas de “acusativo + infinitivo”, quanto de Causado oblíquo (dativo/não dativo) e até de Causado nominativo, conforme apontado por RAPOSO (1981).

Resumindo tudo isso, podemos dizer que as causativas de infinitivo do Italiano, Francês e Espanhol enquadram-se na seguinte regra de causativação, postulada por estudiosos do assunto como COMRIE (1976):

(12) Regra I de causativação:

Função gramatical na
oração subordinada:

Função gramatical na
estrutura de superfície:

Sujeito de verbo transitivo (dativo)	=>	oblíquo	(dativo/não)
Objeto de verbo transitivo e sujeito de verbo intransitivo	=>	objeto direto	
(13) Regra II de causativação:			
Função gramatical na oração subordinada		Função gramatical na estrutura de superfície	
Sujeito de verbo tr./intr.	=>	objeto direto/sujeito	
Objeto direto	=>	2º objeto direto.	

Por sua vez, o Português europeu insere-se, duplamente, num e noutra parâmetro, já que conta com estruturas previstas em ambos.

Apesar desse resultado de direção bipolar entre as línguas românicas, o motivo da reanálise é o mesmo. Na linha de raciocínio de LIGHTFOOT (1979), por exemplo, ela se explica pela atuação do **Princípio da Transparência**, sobre uma estrutura de configuração sintática ambígua, ou opaca, como ele prefere. Na situação em pauta, temos, no esquema originário, V SN V, um constituinte Causado expresso em acusativo que pode ser interpretado como objeto do verbo causativo ou sujeito do verbo infinitivo. Isso sem falar que, no caso de o infinitivo selecionar objeto direto, ele colide, homonimicamente, com o elemento Causado, também marcado em acusativo.

Ora, de acordo com o autor acima, o falante tende a buscar uma estrutura mais transparente, em que se define com mais precisão e individualidade o papel sintático dos constituintes oracionais. No caso das causativas (de infinitivo) essa transparência assume duas faces no campo românico: o de uma certa gramaticalização do item verbal causativo e marcação acusativa/dativa Causado, ou, então, a manutenção do item causativo como verbo pleno e marcação nominativa do sujeito do infinitivo (expressa até mesmo pela forma flexionada deste).

A partir da exposição desses dois tipos de mudança transcorridos, ou em transcurso, no quadro das estruturas de manifestação da causatividade em nossa língua, percebe-se quão elucidativo pode ser o entrelaçamento entre

os prismas de abordagem sincrônica e diacrônica. O uso de formas sintéticas, considerado como de caráter marginal na linguagem adulta por autores como FIGUEIRA (1984) e FRANCHI (1989), encontra-se em plena expansão na nossa língua, apontando para uma alteração de substituição de outras estratégias, principalmente a de supletivismo ou heteronímia lexical. Por seu turno, a preferência pelo padrão “nominativo + infinitivo”, na modalidade oral (que tem como “trigger” o lexema causativo permissivo *deixar*), em contraposição ao uso do esquema “acusativo + infinitivo” indica a resolução de ambigüidade sintática e a opção por uma estrutura analítica, transparente, de configuração bi-oracional na superfície e com marcação casual canônica dos sujeitos principal e subordinado.

Todavia, cumpre esclarecer que o procedimento analítico conciliatório aqui assumido não significa a defesa da aplicação de um procedimento combinatório entre os dois ângulos de abordagem, sincrônico e diacrônico, a todos e quaisquer fatos lingüísticos a serem tomados para exame. O propósito aqui foi simplesmente o de mostrar que tais prismas não são mutuamente excludentes, cabendo ao estudioso perceber e tirar vantagens de sua associação.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Marcas de subjetividade na expressão da causação no português. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 2, 1988, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual, 1988. p.55-66.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language; its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986. 307p.

COMRIE, Bernard. The syntax of causative constructions: crosslanguage similarities and divergences. In: SHIBATANI, Masayoshi (Ed.) *Syntax and semantics: the grammar of causative constructions*. New York: New York Academic Press, 1976. v.6, p.261-312.

FIGUEIRA, Rosa Attié. *Causatividade: um estudo longitudinal de suas primeiras manifestações no processo de aquisição do português por uma criança*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1985. 348p. (Tese, Doutorado em Lingüística).

FRANCHI, Regina Celi Moraes Whitaker. *As construções ergativas; um estudo semântico e sintático*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, 1989. 193p. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

GÓIS, Carlos. *Sintaxe de regência*. 6. ed. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1945. 204p.

_____. *Método de análise; léxica e lógica (ou Sintaxe das relações)*. 20. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955. 192p.

LIGHTFOOT, David. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 427p.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 1991. 101p. (Repensando a língua portuguesa).

_____. Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, ano I, v. I, p.85-99, jul./dez. 1992.

RAPOSO, Eduardo José Busaglo Paiva. *A construção “união de orações” na gramática do português*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1981. 445p. (Tese, Doutorado em Lingüística Portuguesa).

SAUSSURE, Ferdinand de. (1922) *Curso de lingüística geral*. Trad. Albert Riedlinger. São Paulo: Cultrix, 1970. 279p.

TARALLO, Fernando. Por uma sociolingüística românica paramétrica: fonologia e sintaxe. *Ensaio de lingüística*, Belo Horizonte, n. 13, p. 51-83, dez. 1987.

TARALLO, Fernando, KATO, Mary. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição 5*, Campinas: RG, 1989.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William, HERZOG, Marvin 1. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEFMAN, Winfred P., MALKIEL, Yakov (Ed.). *Directiois for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968, p.95-195.

ZUBIZARRETA, Maria Luisa. The relation between morphophonology and morphosyntax: the case of Romance causatives. *Linguistic Inquiry*, v. 16, n.2, p.247-289, Spring 1985.

Bibliografia concernente aos “corpora”

PONTES, Eunice, DUTRA, Rosália (Org.) Acervo de entrevistas gravadas e transcritas por professores e alunos do Curso de PósGraduação da FALE-UFMG. Belo Horizonte, 1983-1986.

PRETI, Dino, URBANO, Hudinilson (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo; entrevistas (diálogos entre informante e documentador)*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor/ FAPES, 1988. 164p. (Projeto NURC-SP, 3).

Oralidade e Prosódia

César Reis
(UFMG)

1. Introdução

A sentença fora de situação tem sido, apesar das teorias de análise do discurso e interacionistas, o dado da análise lingüística. O interesse pela oralidade tem esbarrado nesse modelo de análise que não contempla a frase em situação e muito menos o discurso oral. Mesmo o estudo de línguas sem tradição escrita, como as línguas indígenas americanas e línguas africanas, não mudou o foco da análise. Mostraremos em seguida que o interesse pela oralidade oferece a oportunidade de se explorar um aspecto da linguagem que só se manifesta em sua plenitude na fala espontânea, isto é, os aspectos prosódicos e, em particular, a entonação.

2. Língua falada e língua oral

CHAKER (1985) aponta algumas inadequações dos modelos de análise existentes na descrição de línguas sem tradição oral como o bérbere:

La syntaxe moderne fournit d'abord des théories descriptives des énoncés hors-situation; les productions en-situation sont presque toujours conçues comme dérivées de formes canoniques hors-situation (“auto-suffisantes”, “complètes”, “interprétables sans recours extérieur”...).

MESAS REDONDAS

Os modelos de análise lingüística tradicionais são, pois, insuficientes para dar conta de muitos aspectos específicos da oralidade, como a subordinação sem marca, a topicalização e certas redundâncias estruturais (Ex.: “Eu te falei com cê”) etc...

Se o estudo da frase fora de situação limita drasticamente os estudos prosódicos, a situação deve ser incorporada naturalmente na análise prosódica. Outro aspecto metodológico importante é a distinção entre língua falada e língua

oral. A língua oral, segundo HAZAEL-MASSIEUX (1985), é normalmente espontânea, sua realização gráfica consistindo meramente em um processo de transcrição, enquanto que a língua falada nada mais é do que a oralização da língua escrita, mais elaborada. Nesse sentido, a leitura de uma certidão de nascimento, de uma passagem de *Os Lusíadas* ou de um noticiário é o que chamamos de **língua falada**. Já um texto teatral contemporâneo é normalmente **língua oral**. Na verdade, a fronteira entre língua falada e língua oral é bastante fluida.

A frase: “Ela mora longe”, dentro do nosso conceito de língua falada, pode ser representada graficamente das seguintes formas:

1. Ela mora longe.
2. Ela mora longe?
3. Ela mora longe!
4. Ela mora longe...
5. Ela mora longe, (e o caminho é deserto.)

Distinguir uma questão de uma asserção (como nos exemplos 1 e 2, respectivamente) ou uma continuação (como no exemplo 5) é o que é mais comum na escrita. Isto é, a escrita dispõe de recursos extremamente limitados para indicar os aspectos prosódicos da fala. Isto não significa que o escritor não se interesse em expressar diferentes atitudes e emoções. Trata-se, por um lado, de uma limitação crucial da escrita. Só a oralidade pode veicular de forma tão econômica e eficaz atitudes e emoções do locutor, através da melodia, do ritmo, da velocidade da fala, da duração, das pausas, do acento.

Em REIS (1995) pudemos mostrar como uma frase simples, terminada por um ponto de interrogação, pode na verdade ser realizada de várias maneiras, podendo, assim, veicular diferentes atitudes do falante.¹

A reflexão que normalmente se faz diante desses fatos é que, se a escrita não representa os aspectos prosódicos, é que eles não são relevantes. O prestígio da escrita, que foi responsável ao longo da história pela exclusão da oralidade, reduziu o estudo prosódico a meia dúzia de padrões entonativos. Os aspectos prosódicos, em especial o ritmo, a entonação, a velocidade de fala, a duração e diferentes tipos de pausa têm contribuição importante a dar no estudo da oralidade.

Assim, conservando-se a melodia da frase assertiva, fazendo-se variar apenas a duração da última sílaba tônica da frase acima, podemos chamar a atenção para a última palavra da frase ou então acrescentar uma atitude qualquer, que normalmente é determinada por cada situação de fala:

6. Ela mora longe.
7. Ela mora lon:ge. (localização)
8. Ela mora lon::ge. (advertência)
9. Ela mora lon:::ge (advertência + insistência)

(Obs.: Os dois pontos indicam maior duração da sílaba. Utilizamos a repetição desse sinal para o registro de diferentes graus de alongamento.)

O objetivo primordial da Teoria Fonética é a descrição e explicação do mecanismo de produção e percepção da fala. Sendo assim, não é relevante inicialmente que seus dados sejam ocorrências de língua falada ou oral, pois os mecanismos básicos para a realização de um ou outro tipo de fala são os mesmos, como as fontes sonoras, os processos de ressonância, de nasalização e de variação melódica por exemplo.

Os recursos vocais utilizados na língua falada são, entretanto, apenas um subconjunto das possibilidades articulatórias do homem. A oralidade explora naturalmente mais esses recursos vocais, fornecendo, pois, condições mais amplas de observação do mecanismo de produção da fala. Além disso, quanto mais a Teoria Fonética se interessar pela oralidade, maior contribuição fornecerá aos estudos lingüísticos. Num sentido mais amplo, pois, ABERCROMBIE (1967:2) define assim a Fonética: “*The study of the medium of spoken language, in all its aspects and all its varieties, constitutes the subject of **Phonetics***”. Na verdade, a Fonética Experimental só recentemente tem podido tratar da língua oral, devido a dificuldades no controle de variáveis, assim como da qualidade dos dados. Tratava-se, portanto, de uma limitação metodológica e não teórica.

Ao contrário do estudo da língua falada, em que há predomínio das estruturas morfo-sintáticas, no estudo da oralidade, a estrutura sonora, e em particular a estrutura prosódica, desempenha um papel de primeira importância. O estudo fonético de realizações de frases em situação representa um campo de estudos da língua portuguesa até hoje inexplorado.

3. Entonação e Atitudes do Falante

Uma questão que é relevante no estudo da oralidade é a da relação entre entonação e atitude do falante (Cf. PAKOSZI 1982; FÓNAGY, 1993; REIS, 1984; 1995). A dificuldade que encontra o pesquisador é que os dados entonativos não são acessíveis por introspecção, por questionários ou através de leitura, mas devem ser registrados em situação de fala espontânea. E é sobretudo nas frases curtas que a atitude do falante se manifesta através da entonação (Ex.: “Você viu!”, “Pode.”, “É”, “Você pode começar.”, etc....). Apresentaremos, a seguir, resumidamente, dois estudos que procuraram descrever a entonação do Português em situação de fala espontânea.

3.1. Banco de dados entonativos

Diante da ausência de estudos descritivos para o Português, torna-se necessário a implementação de um banco de dados entonativos. Realizamos uma primeira experiência, juntamente com um grupo de estudantes,² chegando a reunir sessenta frases. O objetivo era transcrever, descrever e catalogar frases curtas, ouvidas em situação de fala espontânea.

A metodologia consistia, numa primeira etapa, no registro das frases, utilizando-se para isso de um gravador camuflado ou então memorizando-se a frase ouvida, que era depois gravada no arquivo de frases, uma fita cassete comum. O grupo se reunia em seguida para o estudo prosódico da frase, que tinha sua transcrição entonativa e significado discutidos e posteriormente registrados em ficha. Cada ficha continha, pois, (a) a frase em sua forma ortográfica, (b) sua transcrição entonativa, (c) a situação em que foi ouvida, com algumas informações sobre o locutor ou interlocutores e, finalmente, (d) o provável significado. Para ilustrar, damos os exemplos abaixo:

a) Frase: "Passa debaixo"

b) Transcrição entonativa:

c) Situação: no ônibus, a mãe (± 25 anos) manda o filho passar debaixo da roleta, pressentindo que ele pretende (ou teima) passar pela roleta normalmente.

d) Atitude: Advertência (com certa impaciência).

Quadro 01. Ficha do Banco de Dados Entonativos, contendo o registro de frase observada em fala espontânea, sua transcrição entonativa, assim como informações sobre a situação e sobre a atitude expressa pelo falante.

Foram registradas sessenta frases. Esse projeto deverá ser retomado em breve, utilizando-se, agora, os recursos da informática e do programa de análise da fala do Laboratório de Fonética da FALE.

3.2 Entonações da questão

Em estudo acústico da questão no Português (Cf. REIS, 1995), observamos que a mesma frase, terminada com ponto de interrogação (Ex.: "O café chegou?", "O gato pega?"), foi realizada com diferentes curvas melódicas sobre a sílaba tônica final por locutores diferentes. Identificamos as seguintes curvas melódicas:

a. **Contorno A:** uma forma nitidamente ascendente (28%).

Ex.: o café che / gou?

b. **Contorno B:** o contorno ascendente termina por uma descida. Aparece, em geral, quando a tônica final é seguida de uma átona (Ex.: "O pajé pegou o gato?").

Ex.: o café che / gou?

c. **Contorno C:** o movimento ascendente é seguido por um momento de estabilidade para continuar em seguida uma descida.

Ex.: o café che / gou?

d. **Contorno D:** Ao breve movimento inicial de subida segue-se um momento de estabilidade que termina numa descida suave até o final da vogal. Este contorno é o inverso do contorno C.

Ex.: o café che / gou?

e. **Contorno E:** Não há variação melódica significativa. Trata-se, portanto, de um contorno plano, nivelado.

Ex.: o café che / gou?

f. **Contorno F:** Movimento melódico descendente.

Ex.: o café che / gou?

Com base nesse estudo acústico, Siqueira & Fazito³ realizaram um teste perceptivo para verificar se a cada uma dessas curvas melódicas correspondiam diferentes atitudes do falante. Para isso, vinte estudantes ouviram três vezes a frase "o café chegou?" pronunciada por quatorze locutores diferentes. Num primeiro teste (Teste A), cada um dos dez sujeitos identificava a atitude expressa pelo locutor, através de um substantivo ou adjetivo. Num segundo teste (Teste B), com dez outros sujeitos, uma lista de atitudes proposta é consultada durante durante um minuto.

Contorno A [/]				
Locutores	Teste A (%)	Teste B (%)	Teste A + Teste B (%)	
I	desinteresse 30	dúvida 70	dúvida 40	
II	formalidade 30	autoritário 40	formalidade 25	
X	polidez 40	desinteresse 40	desinteresse 30	
Contorno B [^]				
Locutores	Teste A (%)	Teste B (%)	Teste A + Teste B (%)	
XI	natural 22	sensual 30	sensual 21	

Quadro 02. Resultados dos testes perceptivos, com as atitudes (em %) associadas aos contornos A e B.

Contorno C [^]				
Locutores	Teste A (%)	Teste B (%)	Teste A + Teste B (%)	
VII	interesse 40	desinteresse 20	interesse 25	
IX	interesse 44	interesse 40	interesse 45	
Contorno D [^]				
Locutores	Teste A (%)	Teste B (%)	Teste A + Teste B (%)	
VI	normal 30	desinteresse 40	desinteresse 30	
XIII	interesse 50	interesse 40	interesse 40	
XIV	interesse 30	autoritário 30	autoritário 30	

Quadro 03. Resultados dos testes perceptivos, com as atitudes (em %) associadas aos contornos C e D.

Contorno F [\]				
Locutores	Teste A (%)	Teste B (%)	Teste A + Teste B (%)	
III	interesse 40	interesse 33	interesse 22	
V	autoritário 33	desinteresse 44	autoritário 28	
XII	desinteresse 30	dúvida 30	desinteresse 20	

Quadro 04. Resultados dos testes perceptivos, com as atitudes (em %) associadas ao contorno F.

Os quadros anteriores mostram a porcentagem de concordância entre as respostas obtidas no teste A, no teste B, e, finalmente, o conjunto das respostas obtidas nos testes A e B. Observa-se que a atitude ‘interesse’, que é a mais freqüente, não aparece com os contornos A e B, que podem ser considerados como os contornos não marcados da questão. Diferentes

contornos podem ser associados à mesma atitude, como é o caso dos contornos A, D e F, que são associados à atitude “desinteresse”.

A interpretação desses resultados deve levar em consideração a dificuldade que esse tipo de teste apresenta, uma vez que a caracterização de uma atitude, assim como sua identificação, é tarefa árdua. Consideramos que, quanto três sujeitos em dez concordam quanto à atitude veiculada pelo contorno melódico, esse resultado não pode ser desprezado, sobretudo quando a mesma atitude foi registrada nos dois testes.

Trata-se de um estudo preliminar que merece um protocolo experimental mais rigoroso. A especificidade de cada contorno pode ser melhor caracterizada, talvez, pela dispersão das respostas do que pela concordância. Isto é, há atitudes que podem ser associada a um contorno, mas nunca a determinado outro contorno. Desta forma, a atitude “submisso”, que foi atribuída ao locutor III por um dos sujeitos (Contorno F), não lhe seria atribuída se o contorno fosse ascendente, por exemplo (Contorno A).

Concluimos que os contornos melódicos observados na análise acústica são percebidos como contornos distintos, podendo veicular diferentes atitudes do falante.

4. Conclusão

Este estudo confirma o que PIKE (1945) afirmava a respeito de uma classificação entonativa com base em categorias sintáticas:

For example, popular, non-linguistic tradition would seem to claim that there is a question pitch as distinct from a statement pitch; all questions are presumed to use the first of these two, and as a corollary, the question pitch would not occur on statements. The evidence fails to support the assumption. There are many more contours than one for question and one for statement. Specifically, it was a marked surprise to me to find that there are many different contours which can be used on questions (...).

Espera-se, portanto, que o interesse pela oralidade tenha como consequência mais estudos sobre os aspectos prosódicos do Português.

Notas

1. FÓNAGY (1993:27) define assim o termo “atitude”: “*Poder-se-ia portanto (...) utilizar a palavra **atitude** para designar um comportamento determinado, consciente, controlado, tendo um componente moral, intelectual, opondo-a às emoções, enquanto descargas espontâneas de uma tensão psíquica. Dever-se-ia considerar então a cólera, a alegria, a tristeza, a angústia como emoções; por outro lado, a ironia, a circunspeção, a reprovação, a justificação, seriam atitudes.*”
2. Os estudantes Carlos Ely Pimenta, Edna Marta de Almeida e Telma Borges da Silva participaram do grupo e apresentaram os resultados das pesquisas na I Semana de Iniciação Científica da UFMG.
3. Maria de Lourdes Antunes Siqueira e Pilar Fazito de Almeida Rezende, monitores do Departamento de Lingüística, apresentaram os resultados dessa pesquisa na II Semana de Ciências Humanas, Letras e Artes, realizada em Uberlândia, em maio/junho de 1995.

Referências Bibliográficas

- CHAKER, S. Syntaxe de la langue ~Syntaxe de la parole? Intonation et situation dans l’analyse syntaxique: quelques points controversés en berbère. *Travaux du Circle Linguistique d’Aix-en-Provence*, 3: 121-140. Université de Provence. Aix-en-Provence, 1985.
- HAZAËL-MASSIEUX, M. C. Les apports d’une grammaire de la langue orale à l’étude relations syntaxiques: à propos du créole de Guadaloupe. *Travaux du Circle Linguistique d’Aix-en-Provence*, 3: 141-162. Université de Provence. Aix-en-Provence, 1985.
- PAKOSZ, M. Intonation and Atitude. *Língua*, 56: 153-178, 1982.
- REIS, C. *Aspectos entoacionais do português de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, FALE/UFMG, 1984. Inédita.
- REIS, C. Analyse acoustique de la question en portugais. *Revista de Estudos da Linguagem*, 3: 135-162. FALE/UFMG, 1995.

Do enunciado à enunciação

Hugo Mari

(UFMG)

1. O que é um modelo?

O uso mais genérico que podemos fazer do termo *modelo* assegurará a ele um teor de certeza, de padronização que ultrapassa os meros acidentes a que estão sujeitos os exemplares particulares que couberem no seu domínio. Aqui o termo torna-se um equivalente para *arquetipo*, *protótipo*, *exemplar ideal* e, quando assumido nesta perspectiva, sua função vem a ser a de definir condições abstratas e ideais da existência possível de uma classe de objetos, onde as circunstâncias específicas que marcam certos acidentes individuais devem ser desprezadas. Quando se diz que “precisamos de um *modelo* de Estado mais eficaz”, estamos falando dessas condições ideais de funcionamento de um aparelho social. Numa apropriação mais corriqueira, e menos globalizante, pensa-se, ainda, *modelo* como uma variação possível para determinados membros, e não para todos, dentro de uma classe. É assim que entendemos um novo *modelo* de tênis, de corte de cabelo, de carro etc. No primeiro caso, *modelo* tem a extensão de uma classe de objetos, para os quais ele se transforma numa espécie de filtro que define critérios de pertinência; no segundo, uma subclasse de elementos que destoam do padrão geral de um domínio pela presença de um acidente qualquer.

Os dois usos são muito próximos, com a diferença de que o primeiro caso enquadra em *modelo* certas condições objetivas que caracterizam um dado grupo de objetos, enquanto o segundo projeta condições para a existência de um dado objeto. Não há nenhuma contradição substantiva nesses dois usos consagrados: afinal, uma decisão entre classe e elemento de classe nem sempre foi, na história, uma questão simples de resolver. *Modelo*, nessas duas dimensões, apenas consagra essa dificuldade, na medida em que partilha de extensões distintas de aplicação. Aqui, estaremos ressaltando alguns aspectos desse primeiro uso, naquilo em que ele pode auxiliar na compreensão de certos aspectos atuais da prática lingüística.

A terminologia especializada nos reserva, entretanto, outros aspectos que emergem de *modelo*; embora não se possa dizer que eles venham

contradizer esse uso ordinário do termo, é importante assinalar algumas diferenças. Em termos mais abrangentes, poderíamos dizer que *modelo* traduz, numa forma mais abstrata, o *modo de compreensão* de uma classe de objetos; muitas vezes até mesmo criamos *modelos* com a finalidade de melhor compreender os objetos. A humanidade praticou esse exercício de compreensão, numa dimensão metalingüística, nas mais diversas formas, nos períodos mais distintos. Lembremos aqui o período pré-socrático onde a preocupação foi a de determinar um *modelo de compreensão da origem do universo*, com base nos elementos básicos, como água, fogo etc. A Idade Média consagrou essa preocupação de uma forma distinta: qualquer processo de conhecimento deveria ser transformado numa forma lógica “S é P”, único *modelo de racionalidade* aceitável para os lógicos terministas. A Modernidade, com as descobertas sobre a Astronomia (Galileu, Ticho Brahe, Newton), popularizou um novo *modelo*, onde compreender era geometrizar, isto é, expressar em relações geométricas todo o conhecimento sobre o espaço celeste, o comportamento dos astros etc. O Historicismo, entre os séculos XVIII e XIX, e o formalismo, no início do século XX, criaram também novas condições de possibilidade para compreensão, gerando, assim, um *modelo historicista*, um *modelo formalista*. A pluralidade de *modelos* que poderíamos reconhecer é muito extensa, aqui estamos apenas lembrando alguns momentos isolados, onde a forma de compreensão se fez através de padrões bem definidos. Também aqui não estamos preocupados em falar de disciplinas locais, que acabam por redefinir *modelos globais* de forma específica.¹

Numa abordagem menos informal, o conceito de *modelo* pode ser apresentado como se segue: dada uma situação (X) enigmática (povoada de problemas a serem resolvidos), formulamos questões (Q) para as quais podemos obter alguma forma de resposta (R). O conjunto que reúne X (Q, R), chamamos de *um Modelo* (M). Então, M é um construto abstrato capaz de fornecer soluções para problemas que são propostos, a partir de regras, de procedimentos internos (mas que podem ser externamente determinados) que operam algum tipo de cálculo e que foram inscritos na

¹ A História da Lingüística, a partir da Gramática Transformacional, conviveu largamente com os chamados *modelos formais*, Autômatos Finitos, Máquinas de Turing, Processos Markovianos, K-Linguagem, C-Linguagem. (Cf. GROSS, M. **Modelos Matemáticos em Lingüística**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (entre outros)).

construção de M, na forma de um algoritmo, isto é, de um procedimento formal que permite, dado um número qualquer de Q_n , calcular R_n correspondentes.² Esse formato de apresentação de um *modelo* expressa, em grande parte, os mesmos fatos que a formulação intuitiva anteriormente mencionada: um *modelo* tem sempre um caráter projetivo em relação às soluções que pode prover e tem um teor imersivo, em relação ao tipo de questões que aceita como estímulo.

2. Modelos de estudo da linguagem

A partir dos comentários precedentes, gostaria, então, de discutir duas dimensões que representam investidas diferenciadas sobre certos fatos de linguagem, as quais, “lato sensu”, estamos denominando de *modelos de compreensão*. Da discussão de alguns dos *modelos*, que estão situados no interior de cada uma das investidas, derivamos, então, alguns problemas que estão no centro da discussão de um *modelo* emergente, a saber, o *modelo da enunciação*. De modo mais amplo, vamos nos referir a essas investidas sob a forma de dois confrontos: o primeiro em termos de uma *relação: significação/ designação*; o outro, em termos de uma *relação: paradigma/sintagma*. Ambas contêm dificuldades que foram densamente criticadas no percurso de sua própria construção, mas cuja solução vem sendo associada à necessidade de uma transposição para o nível da enunciado. Em que termos mais apropriados, podemos expressar a problemática demarcada no interior de cada uma das relações acima?

2.1. Da relação: Significação/Designação

A primeira relação compreende, numa dimensão da Filosofia Analítica, dois *modelos* mais importantes: o de Frege (M_F), e o de Putnam/Kripke ($M_{P/K}$):³ cada um deles com perspectivas próprias para tratar de uma questão

² Resumido do artigo Modelo de GEYMONAT, G. & GIORELLO, G. In: **Enciclopédia Einaudi. Método – Teoria/Modelo**. 21. Porto: Imprensa-Nacional – Casa da Moeda, 1992. p. 183 e ss.

³ Aqui poderíamos lembrar um terceiro *modelo*, intermediário entre esses dois: aquele proposto por Russell para demonstrar que descrições definidas não são nomes próprios. Essa discussão, entretanto, escapa um pouco ao alcance desse comentário.

fundamental: como compreender os meios pelos quais a linguagem humana dispõe para referir? Em outras palavras, como definir condições gerais para que um termo possa referir-se a objetos?

Frege define essa questão, de forma específica para as descrições definidas (ou nomes próprios), mostrando que a condição primeira para referir implica uma associação a um conjunto de propriedades. Então, usar a expressão **o cão** para denotar um exemplar da espécie **CÃO** implica associar a **o cão** um elenco de propriedades tais, cuja conjunção nos leva à designação de um objeto tal. Dentre estas propriedades, é necessário, ao menos, indicadores gerais para cobrir: (1) a *animalidade de cão* e situá-lo numa espécie imediata; (2) a *sua caninidade* e situá-lo no gênero; (3) a *sua individualidade* e situá-lo como um objeto único de sua classe. As propriedades que vierem a preencher estes três indicadores gerais podem ter estatutos completamente diversos: por exemplo, as propriedades que compuserem a *animalidade de cão*, necessariamente, não pertencem a esse objeto de modo restrito. Aqui teremos apenas indicadores que congregam grandes aglomerados de objetos: a *animalidade de cão* inclui, por necessidade, aspectos da de *cavalos, tigre, baleia, lobo* etc. Outra ordem de propriedades deve preencher o indicador *caninidade*: algumas devem, por necessidade, excluir *cão* do domínio de *baleia* (e incluí-lo no de *cavalos, tigre, lobo*); outras devem excluí-lo do domínio de *cavalos, baleia* (e incluí-lo em *tigre, lobo*); outras ainda devem excluí-lo do de *cavalos, baleia, tigre* (e incluí-lo em *lobo*); outras finalmente devem excluí-lo do domínio de quaisquer desses elementos (e incluí-lo apenas no domínio onde as propriedades tivessem uma relação analítica, isto é, uma subclasse de tipos de *cão*). Esse critério é, certamente, de uma complexidade extrema, se pensarmos apenas numa possibilidade de ampliação da série acima, o que produziria um agravamento na decisão sobre a escolha de categorias, seja do ponto de vista metalingüístico, seja cognitivo. Essa tem sido uma leitura possível da formulação de Frege: assim, M_F representa um procedimento de compreensão para a primeira *relação*.

Se o *modelo* de Frege pretende definir condições necessárias para referir, então M_{PK} pretende apontar dificuldades que estão associadas a esta proposta, na medida em que seus autores declaram a impossibilidade lógica de definições analíticas (logo, de condições necessárias e suficientes que viessem assegurar qualquer pretensão à analiticidade). Embora as conclusões de Putnam e Kripke se aproximem, eles traçaram caminhos

diversos: Putnam chegou a essa conclusão analisando *espécies naturais* (animais, plantas, minerais – aquelas que, no dizer de Monod, não foram construídas a partir de um *projeto* prévio), enquanto Kripke, analisando nomes próprios lógicos. Como um e outro argumentam em favor dessa tese?

Para Putnam não seria possível, para qualquer espécie natural, enumerar um conjunto de propriedades (no estilo de M_F) que fosse suficiente para prover-lhe uma definição (analítica). Isto é, qualquer feixe de propriedades que reuníssemos com esta função seria deficiente porque, ou incluiria, na classe, objetos que fossem estranhos a ela, ou excluiria dela membros anormais, que regularmente incluímos na classe. Por exemplo, nenhuma fruta poderia ter, como critério de definição, o teor cromático da sua casca, porque (a) esse teor não é discreto e nem uniforme; de um modo geral o arbitramos numa escala contínua, onde os pólos costumam ser assumidos como padrão (já que os estágios intermediários seriam menos prototípicos) e (b) ainda que essa primeira dificuldade fosse desprezada, isso acabaria resultando em dificuldades adicionais: a decisão sobre um teor cromático único excluiria da classe membros anormais, mas que são certamente nela incluídos. Assim, o fato de não ter alcançado um grau de saturação de pigmentos “amarelados” em sua casca não faz uma **laranja** deixar de ser **laranja**, ainda que esse possa ser um critério que regule grande parte da nossa experiência imediata com essa fruta, por exemplo na sua fase de consumo. Muitos objetos que incluímos nessa classe possuem anomalias de natureza diversa. Raciocínios como esse levaram Putnam a concluir sobre a impossibilidade de se definir, analiticamente, espécies naturais: não há qualquer conjunto de propriedades que possa corresponder a condições de pertinência que, rigorosamente, decidam pela inclusão/exclusão de todos os membros de um dado conjunto.

De modo análogo, Kripke avaliou as descrições definidas ou nomes próprios lógicos. Segundo ele, não haveria um conjunto de propriedades tais que, associadas a um nome, garantisse inequivocamente a sua referência. Assim, “aquele que perdeu a batalha de Waterloo”, “o monarca que se autocoroou”, “o primeiro dirigente de uma nação européia derrotado pelo inverno russo”, “ter nascido na Córsega” são todas descrições definidas que estão associadas a um indivíduo pertencente ao conjunto das pessoas que receberam o nome de Napoleão e garantem uma referência única nesse conjunto. Entretanto, esse fato não nos autoriza a deduzir que,

no conjunto, as descrições acima traduzem condições necessárias e suficientes (logo, analíticas) para a referência de um tal indivíduo dentre aqueles que receberam o nome de Napoleão. Afinal, esse mesmo indivíduo já foi antes designado por outras descrições definidas que não estas; além disso, nem o conjunto dessas propriedades já pôde ter garantido, ou poderia estar garantindo uma inequívoca referência de um mesmo indivíduo, já que muitos dos falantes tiveram a chance de conhecê-lo através de outras propriedades, e outros nem mesmo conheceram estas que foram listadas, ou, se as conheceram, esqueceram-se delas um dia.

Em resumo, o *modelo* (M_{PK}) descarta a formulação de que a referência possa ser assegurada pela conjunção de traços que representam condições necessárias e suficientes para designação. No fundo, o que se deduz de cada uma das formulações é a idéia de uma rede causal de relações que acaba por decidir, para circunstâncias específicas, as condições para referência: então, Napoleão pode, de fato, ser identificado por esse conjunto de categorias, mas pode também ser reconhecido por outros falantes, através de outros conjuntos, sendo que cada um representa uma rede causal que assegura, de modo eficiente, a referência.

Os fatos levantados nesta seção não apenas demonstram um certo formato diferente daquilo que tem sido a questão da linguagem no interior da Lingüística, como também se torna indicativo de uma abordagem que não conseguia dar conta de certas questões básicas no estudo da linguagem. Questões relativas ao tempo enunciativo, à identidade dos interlocutores, ao lugar social desses locutores, à direção argumentativa do discurso, às intenções que são postas em prática, nunca estiveram em condições muito vantajosas, num quadro de reflexão sobre o conhecimento da linguagem que tenha pautado por esse tipo de formulação. O que se deduz dessa abordagem é que questões como essas, deliberadamente ou não, foram excluídas de um *modelo* de racionalização, destinado a pensar questões inserias na *relação: significação/designação*. Não achamos, entretanto, que se possa descartar, de modo cabal, aquelas inquietações que foram aqui levantadas; elas acabaram por sugerir a compreensão de fatos importantes sobre a linguagem e até mesmo sobre aspectos do seu uso. Os trabalhos de Putnam, por exemplo, demonstraram o caráter deficitário das abordagens semânticas, ao tratar da definição de conteúdos lexicais. Alternativas que vêm sendo sugeridas para o impasse criado decorrem das críticas que foram formuladas originalmente por esse autor.

2.2. Relação: Paradigma/Sintagma

A segunda investida compreende *modelos* os mais variados, sobretudo se levarmos em conta a especificidade de algumas áreas de estudo da linguagem.⁴ Aqui, todavia, estaremos destacando apenas três *modelos* mais gerais, pois em tomo deles é possível situar aqueles aspectos mais relevantes da argumentação desejada. Destacamos, então, o *modelo do historicismo* (M_H), realçado pela busca de uma positividade para os estudos lingüísticos; o *modelo estruturalista* (M_E), salientando o caráter da diferença como padrão de racionalidade – e o *modelo transformacional* (M_T), centrado na formalização de regras de enumeração e na transformação de estruturas, ao menos no seu estilo mais precoce. Os fatos que correspondem ao específico de cada uma dessas intervenções sobre a linguagem têm um alcance geral e popularizado pela história da lingüística nos últimos tempos. Aqui, retomamos, desse percurso, apenas o que é essencial para a condução da análise que está sendo proposta. Que fatos, portanto, podemos extrair desses *três modelos*, representativos para a discussão presente?

Os procedimentos de análise que configuram a atividade de reflexão desenvolvida pelo M_H podem, de modo geral, ser documentados pelo alcance de uma positividade do conhecimento lingüística que se alcançou nesse período. O que expressa o teor desta positividade? De um lado, a aplicação de métodos rigorosos de análise, que colocava em contraste não apenas dados objetivos (o material fônico das línguas em questão), como também a busca de princípios gerais que servissem de suporte para análises projetivas. Se não havia uma objetivação dos fenômenos, sustentada quantitativamente, havia, ao menos, a materialidade do significante a assegurar uma fundamentação de base concreta para o conhecimento lingüístico. O M_H elege o território do significante como a instância pela qual todas as premissas sobre a compreensão da natureza da linguagem deveriam, necessariamente, convergir. Assim, todo um conjunto de fenômenos, associado a características, a transformações dos sistemas

⁴ Na Semântica, por exemplo, podemos localizar uma série de *modelos*, o que nem sempre corresponde aos três *modelos globais* que serão abordados nesse texto. Assim, temos Semântica Diacrônica, Semântica Estrutural, Semântica Gerativa, Semântica Interpretativa, Semântica Argumentativa etc.

vocálico e consonantal, não só representou a matéria prima que permitiu urdir os elementos de uma nova racionalidade para o conhecimento lingüístico, como também propiciou um rigor analítico tão grande às questões da linguagem, na forma como empreendida por Bopp, que acabou por fazer do *modelo historicista*, um procedimento de análise exemplar no século XIX.

A partir da segunda década deste século, os estudos da linguagem começam a ser invadidos por outro tipo de formulação: trata-se do *modelo estruturalista* que, apesar de eleger outros espaços de intervenção, acaba por assumir a continuidade da base de todo o trabalho desenvolvido no séc. XIX. Assim, pelo grau do conhecimento desenvolvido neste século, uma certa “lingüística do significante” continua em expansão, através do toda reflexão desenvolvida sobre a Fonologia dentro de Estruturalismo: é, com toda certeza, a disciplina (lingüística) que mais avançou nesse período e passou a ser vista não apenas como um setor onde as hipóteses tinham um peso analítico muito grande, mas também como princípio método para outras disciplinas na Lingüística (a Semântica Estrutural nasceu de uma extensão da Fonologia) ou em outros campos de estudo (a análise de mitos, de relações de parentesco na Antropologia Estrutural foi formulada a partir de padrões da Fonologia). O M_F catalisa grande parte dos méritos, em função do teor formal da reflexão desenvolvida. O apuramento teórico chegava muitas vezes a exageros, que acabavam por representar reducionismos e simplificações em nome de um ideal de racionalidade nem sempre compatível com a natureza dos fenômenos. As tecnicidades em algumas áreas, sobretudo a hipervalorização de terminologias, transformaram a abordagem estruturalista num fardo demasiadamente pesado para carregar, ou seja, a simplicidade de captação intuitiva de diferença foi se perdendo em meio a um cipoal de termos, nem sempre muito justificável. Apesar de todos os desvios que se possam apontar para esse *modelo*, ele, certamente, representou um avanço considerável para os estudos lingüísticos.

Nenhum *modelo* alcançou, na história da Lingüística, os efeitos que podem ser tributados para o *modelo transformacional*. As repercussões desse impacto são de ordem bastante diversa: seja em hipóteses demarcadas em regiões locais da linguagem (principalmente na sintaxe), seja em hipóteses que transpuseram suas fronteiras (ou que criaram para ela outras demarcações). Em quaisquer dessas dimensões, encontramos vestígios da presença vigorosa do M_T . Muitas questões da linguagem assumiram, então,

uma abrangência tão desconcertante que, em algumas regiões onde certos conhecimentos eram produzidos com nitidez diferenciadora, de repente se viram perdidos no meio a hipóteses que atravessavam de um campo para outro. Por exemplo, alguns aspectos da relação Lógica / Linguagem e Linguagem / Psicologia tomaram-se difíceis de serem delineados com evidência. A turbulência, nessas duas regiões, é significativa para a compreensão do *modelo*, afinal, foi precisamente aqui onde ele buscou os fundamentos da sua racionalização. Desse modo, a segunda relação decorre da ênfase dada à dimensão cognitiva da linguagem; a maioria dos seus processos passaram a ser vistos numa perspectiva de cognição, diferentemente da tendência, oriunda do séc. XIX, de apontar para uma dimensão fisicalista da fala, o que originou todo o estudo da fonética articulatória. Os processos da fala passam, então, a ser encarados como condição de acesso ao conhecimento e não apenas como produção mecânica. É provável que dessa dimensão advenham os argumentos mais importantes para fundamentar todo processo de conhecimento lingüístico.

Na outra região de conflito (Lógica/Linguagem), vamos deparar também com uma situação idêntica: as dificuldades foram introduzidas devido ao vasto desenvolvimento que a linguagem conheceu, no interior desse *modelo*, na sua dimensão formal. Instâncias diversas de formulação da lógica e da matemática foram resgatadas no estudo da linguagem: construir uma teoria, com o rigor da exigência imposta pelos sistemas formais, estava no núcleo da discussão da passagem de M_E para M_T , o que pode ser verificado no texto de “lançamento” do *modelo* (**Syntatic Structures**) e em tantos outros que complementaram e fizeram crescer essa questão. O interesse despertado pela Lingüística em áreas como a Ciência da Computação, Inteligência Artificial, Robótica decorre desse “fazer formal” que representa o *modelo transformacional*.

Esses *modelos*, em seu conjunto, produziram um efeito acumulativo do conhecimento lingüístico em duas direções. Internamente, representaram uma possibilidade de compreensão dos fenômenos da linguagem, na sua forma constitutiva, nas mais diferentes áreas. Não há qualquer dimensão da linguagem que não tenha sido, de algum modo, abordada, ainda que em extensões diferentes, com intensidade distinta. Externamente, representam o impacto que foi produzido em outras disciplinas: a Lingüística, desde o *modelo historicista*, vinha se tornando um padrão de construção de conhecimento para as Ciências Humanas e Sociais. A partir do *modelo*

transformacional, entretanto, sua influência percorre também outros caminhos, deixando registros importantes nas Ciências da Computação, em alguns tipos de Sistemas Lógicos, nas Ciências Cognitivas, na Cibernética. O progresso alcançado, na história do conhecimento, por esses três *modelos* (M_H , M_E , M_T) transforma a Lingüística numa das disciplinas mais importantes, na formulação do pensamento contemporâneo: dificilmente encontraríamos uma avaliação das formações teóricas contemporâneas em que o trabalho executado sobre a linguagem não fosse reconhecido e destacado. O pioneirismo da Lingüística, seja em M_H (a positividade do conhecimento), seja em M_E (sua racionalidade binária), ou em M_T (sua formalização) fez dela uma disciplina exemplar para as mais diversas áreas do conhecimento. Há, entretanto, muitas questões de linguagem que não tiveram aí um tratamento desejável, nem mesmo considerando a multidão de abordagens que poderíamos apontar no interior de cada um deles.

O uso que fazemos da linguagem não está, por necessidade, circunscrito apenas no desenho que foi traçado por esses *modelos*. As nossas práticas de linguagem, no geral, costumam ser maiores do que aquilo que cada *modelo* consubstanciou como seu objeto de estudo. Cada um, a seu modo, conseguiu dar forma a intuições que temos sobre diversos fenômenos de linguagem; mas eles estão longe de se constituírem numa disciplina efetiva dessa intuição. Quanto mais eles têm progredido, tanto mais apurada torna-se a nossa intuição para os fatos de linguagem. E quanto mais nos apuramos, tanto mais exigentes vamos nos tornando. Trata-se, no fundo, de um poço sem fundo: o formalismo é certamente um domador da intuição, mas ele nunca poderá ser equivalente a ela. No dia em que isso viesse acontecer, estaríamos condenados a uma letargia intelectual irreversível.

É, portanto, na perspectiva de um certo estrangulamento, de uma certa sangria nas bases fundamentais do conhecimento produzido por estes três modelos, que precisamos enfrentar essa nova provocação que é posta pela intuição: a necessidade de migrarmos de um *modelo*, que se consubstanciou pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas e que apresentou, como produto cumulativo, o *enunciado*, para um outro *modelo* que precisa ser construído a partir de outro tipo de relações, ou seja, aquelas derivadas da *enunciação*. O que caracteriza este padrão?

3. Enunciação

Os fatos que associamos a uma perspectiva da enunciado não representam algo de novo no estudo da linguagem. O que faz a diferença aqui é, de um lado, o modo pelo qual têm sido abordados e, de outro, a persistência com que têm sido abordados. Em outras palavras, reconhecer, de forma intuitiva, a importância dos interlocutores, em termos das intenções que colocam em jogo, das convenções a que estão submetidos, do lugar social a que se acham vinculados, das estratégias argumentativas que articulam, não é suficiente para sustentar uma proposta diferenciadora para o estudo da linguagem. Os critérios exigidos para sua validade requerem mais do que meros lampejos da intuição. A extensão em que falamos de *modelos*, nas situações anteriores, em termos de uma certa conjunção de parâmetros e procedimentos que acionamos na análise dos fenômenos, não é, nas circunstâncias atuais, aplicável à *enunciação*. Por mais provisória que seja a análise de problemas, nas duas dimensões anteriores, existe um núcleo central de princípios, construído de tal forma a prover uma certa classe de respostas. Quando se trata da *enunciação*, entretanto, até mesmo os problemas ainda necessitam de uma especificação mais apurada. O que podemos, portanto, incluir num suposto *modelo de enunciação*?

Se percorremos três autores que foram, em alguma escala, precursores nesse território,⁵ encontraremos os elementos fundamentais que serviram de base para aquilo que vem sendo discutido hoje. A partir de Bakhtin, por exemplo, ressaltaríamos um primeiro aspecto que nos pareceu essencial: a crítica que faz a uma *lingüística do enunciado* que, em nome do rigor técnico, expurga tudo aquilo que escapa ao sistema formal da língua. Esse fato é explorado, com maior ou menor ênfase, dentro de algumas disciplinas da Lingüística, mas foi a partir da Psicanálise que ela assumiu um fôlego maior. O autor enfatizou também a dimensão social da *enunciação*: enquanto o *enunciado* se traduz numa espécie de solipsismo, de prevalência do “eu”, a *enunciação* se constrói pela necessidade de distribuir o universo da linguagem entre um “eu” e um “tu” (outro). Esse tipo de formulação produziu repercussões importantes nas questões de sentido, pois foi responsável por descentrá-lo, instalando um outro regime de engendramento, onde o “eu” não é mais o seu eixo, já não detém mais

⁵ TODOROV, T. L'Énonciation. In: **Languages**. 17. 1970; BAKHTIN, M. Língua, Fala e Enunciação / A Interação Verbal. In: **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981. BENVENISTE, É. Aparelho Formal da Enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

sua hegemonia. O que passa a prevalecer é o conflito que se torna um parâmetro de decisão sobre as questões cruciais sobre o sentido. É claro que não dispomos de instrumentos eficientes para a sua avaliação neste momento, mesmo porque só mais recentemente as abordagens semânticas acordaram para o assunto. Nem por isso, entretanto, devemos ignorá-lo.

Benveniste e Todorov apontaram algumas questões tópicas, com uma orientação lingüística mais específica. Assim, ressalta em ambos os autores a preocupação em mostrar os elementos que mantêm uma dubiedade entre o *enunciado* e a *enunciação*: os dêiticos, as expressões indiciais (exofóricas) constituem a base da argumentação de ambos em favor de uma Lingüística sensível às questões da *enunciação*. Ambos também ressaltam a importância do tempo, mas é Benveniste quem foi mais explícito. Seu comentário é sintético, mas é dele que gostaria de extrair algumas conseqüências. O autor afirma:

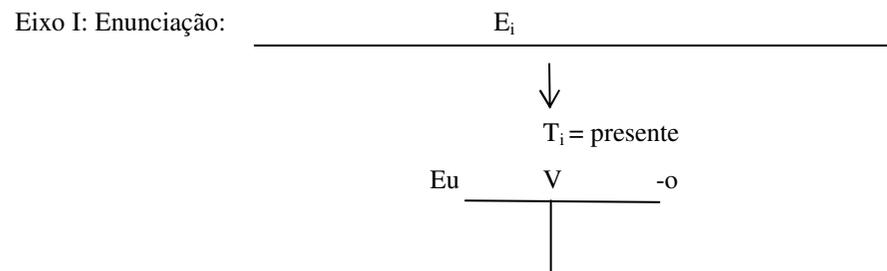
“Uma terceira série de termos que dizem respeito à enunciação é constituída pelo paradigma inteiro – freqüentemente vasto e complexo – das formas temporais, que se determinam em relação a EGO, centro da enunciação. Os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário.”

Esta relação com o tempo merece que aí nos detenhamos, que meditemos sobre sua necessidade, e que interroguemos sobre o que a fundamenta. Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo.

No essencial da sua formulação, a existência do *presente* subordina-se à enunciação, ato efetivo, através do qual o falante se apropria das formas lingüísticas, dentre elas a forma do *presente*. Assim, do *presente* é que ele faz, portanto, derivar o *tempo* e deste deriva o *passado* e o *futuro*. Há dois deslocamentos fundamentais nesta proposta do autor. O primeiro resultante da necessidade de desfazer a causalidade entre *tempo* e *presente*: de um lado, por desvincular o *presente* de uma decorrência imediata do *tempo*, situando aquele fora da esfera deste último; de outro, por resgatar essa

correlação, na medida em que atribui ao *presente* a função de engendrar o *tempo*. O *presente* torna-se um acontecimento único, cuja natureza escapa aos caprichos documentais ao nível do *enunciado*; é ele marca inerente da *enunciação*. Certamente, trata-se de uma formulação polêmica o fato de o autor deslocar o *presente* do domínio do *tempo*. Entretanto, que garantias temos para conceber o *presente* no *tempo*, se qualquer referência a ele destaca uma diferença com o *passado* e com o *futuro*? Até agora tem sido mais confortável traduzi-lo na mesma extensão do *passado* e do *futuro*. Isso apenas dá conta da sua natureza emblemática?

O segundo deslocamento traduz-se pela quebra da linearidade atribuída a *passado-presente-futuro*. Se a nossa tradição viu nesses três elementos uma condição de recorte do eixo *temporal*, Benveniste se propõe, quebrando essa distribuição linear, mostrar que o *presente* situa-se num estágio diferente e que tem como função projetar, numa escala temporal, fatos que materializam o *passado* e o *futuro*, verdadeiras instâncias temporais. Como podemos operar com esta proposta do autor em termos da compreensão de fatos do processo enunciativo, isto é, fatos que são temporalmente situados? Se o processo enunciativo representa, de fato, essa instância necessária de realização da fala, poderíamos pensar numa situação assim representada:



	Ti - i = passado	Ti + i = futuro
Eixo 2: Tempo:	Ti - n... Ti-3, Ti-2,	Ti-i Ti + i, Ti +2, Ti +3..., Ti +n

Como funciona este quadro, a partir da hipótese de Benveniste? E_i representa qualquer estado único de *enunciação*. Existem infinitos outros estados que podem ser indicializados para cada circunstância específica. Cada estado E marca uma *enunciação* determinada, que representamos aqui pela fórmula Eu V -o, indicando eu, como o único sujeito que a linguagem reconhece ao nível da *enunciação*, e -o como forma representativa de *presente*. Assim, todas as formas lingüísticas, nesse nível, têm esse padrão, embora, por economia, nem sempre elas precisem ser explicitadas. Por exemplo, a frase Fui ontem ao cinema representa, no fundo, [Eu afirmo que] fui ontem ao cinema. Este ‘operador enunciativo’, um performativo, na concepção da Teoria dos Atos de Fala, apenas projeta o conteúdo proposicional no eixo do *tempo*, seja na dimensão do *passado*, como esse exemplo, seja na dimensão do futuro, como o indica a frase [Eu afirmo que] vou.

Todos os conteúdos que são estruturados ao nível da *enunciação* têm duas destinações no eixo temporal: ou serão mapeados como um índice específico da fórmula T_i - n, ou o serão na fórmula T_i + n. Nos exemplos acima, o conteúdo proposicional fui ontem ao cinema poderá ser descrito por T_i - 2, enquanto vou, por T_i + i, sabendo-se que o ponto, demarcado pelo inteiro (2 ou 1) na escala de *passado* ou *futuro*, é aqui arbitrário. Além do mais, a interpretação de um dado conteúdo proposicional no *passado* ou no *futuro* depende de dois fatores: numa extensão imediata, da natureza dos elementos gramaticais recorrentes na estrutura frasal, como se verificou nos casos acima (fui / vou); numa outra, da natureza semântica do performativo que possa preencher a forma Eu V -o. Desse modo, se V for substituído por esquecer (de cumprimentá-la) / lembrar (de fechar a porta) / acabar (de sair), todos os conteúdos entre parênteses reportam fatos transcorridos (ou que deveriam ter acontecido) num *passado* em relação ao momento da *enunciação*, sem a necessidade de formas morfológicas apropriadas, em muitos casos. Se, por outro lado, substituo V por querer (viajar) / precisar (dormir) / prometer (visitar) / dever (estudar), os conteúdos nos parênteses agora reportam fatos que se projetam para o *futuro*, isto é, *viajar*, *dormir*,

visitar, *estudar* são comportamentos realizáveis num tempo posterior ao da sua *enunciação*.

Este mapeamento aqui ilustra apenas aquelas estruturas que imediatamente podem ser representadas dentro da forma geral. É lógico, entretanto, que muitos outros detalhes precisam ser discutidos nesta formulação; de todo modo, porém, a dúvida maior é a de saber se a forma geral é *projetiva*, ou seja, se descreve os fatos para serem realizáveis depois da sua *enunciação*, ou *retrojetiva*, se descreve os fatos como já acontecidos num tempo anterior ao da sua *enunciação*.

Esses comentários aqui expressos têm o objetivo de apenas configurar, de forma menos abstrata, a situação global proposta por Benveniste, quando sugere um arranjo para a temporalidade, nos termos seguintes: o *presente* dá origem ao *tempo* que gera o *passado* ou o *futuro*. Ainda que venhamos a sustentar dificuldades com esta formulação, pela forma abreviada com que está sendo aqui apresentada, seria importante resguardar o fato de que ela aponta, de forma provocativa, para um redimensionamento de muitos fatos de linguagem. Aqui tratamos dela numa versão simplificada, porque o objetivo era apenas o de ilustrar alguma forma de operar ao nível da *enunciação*.

4. Conclusão

Ao concluir as questões que foram aqui desenvolvidas, gostaríamos de ressaltar aspectos dessa encruzilhada com que deparamos, na medida em que passamos a adotar hipóteses, na análise da linguagem, aspectos, categorias que implicam diretamente a *enunciação*.

Trata-se de um aspecto que já demarcamos ao longo dessa discussão: isto é, do contraste entre o caráter inevitável das questões que são postas a partir da *enunciação* e a escassez de recursos formais de que dispomos ainda para lidar com elas. Não há nenhum demérito nisso, se estamos dispostos a assumir a travessia para um outro *modelo*, com os desdobramentos que estão aí implicados. O primeiro deles é a necessidade de reconhecer que o campo da *enunciação* ainda é muito obscuro e que não é possível pretender validar hipóteses apenas a partir de boas intuições que possamos ter dos fatos. Não se trata de obstruir as nossas intuições, trata-se de buscar uma fundamentação formal para elas. O segundo ressalta o fato de que recorrer

à *enunciação* não pode ser compreendido como uma simplicidade (nem como uma eficiência) no equacionamento de problemas. Pelo contrário, esse nível introduz um grau de complexidade ainda maior às questões. Uma suposta facilidade só pode ser factível quando o único argumento válido é o apelo à intuição. E aí mergulhamos num terreno onde a validade dos argumentos já deixou de ser essencial, onde, portanto, qualquer tentativa de racionalização também, por extensão, se torna descartável.

Aplicações práticas de algumas teorias da Análise do Discurso

Ida Lúcia Machado

(UFMG)

Vou abordar alguns aspectos da Análise do Discurso (AD), mas enfatizando sua aplicação prática e imediata em sala de aula, na leitura e/ou interpretação de textos.

Peço, pois, de antemão aos “puristas” que me perdoem, já que a AD, em sua macro-acepção, é um processo de tratamento de uma determinada série de textos, processo aplicável em pesquisas que baseiam seus procedimentos analíticos e interpretativos em comparações, através das quais pretende-se chegar à melhor compreensão de discursos sociais divulgados por este ou por aquele meio de informação. Segundo a Teoria Semiolingüística (CHARAUDEAU, 1988) que, de modo geral, norteia nossas pesquisas, os atos de linguagem que usamos na vida em sociedade são todos “encenações” (no sentido teatral da palavra), encenações que resultam da combinação de uma determinada situação de comunicação, de uma determinada organização discursiva e de um determinado emprego de marcas lingüísticas. Assim a AD pressupõe que se faça uma descrição das características da situação “linguageira” e da organização discursiva, tomando como apoio as marcas lingüísticas que vão justamente funcionar como “pistas” que levarão o analista à situação onde foram concebidos os atos de linguagem e à organização discursiva dos mesmos. Um dos pontos fortes da Teoria Semiolingüística é, na minha opinião, o fato de se considerar o ato de linguagem como resultante de um “jogo”, ou seja: um jogo de constante equilíbrio e ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobra que tal discurso permite, o que dá lugar à produção de estratégias.

Retomando, tentarei, nesta exposição, apresentar uma micro-acepção da AD voltada para nosso cotidiano da sala de aula; em outros termos, tentarei trabalhar com as marcas explícitas e implícitas da enumeração, insistindo que tal procedimento é, para nós, analistas de discursos, apenas uma etapa da análise. Esta etapa porém é passível de aplicação numa aula que tenha por objetivo a leitura crítica de um texto isolado.

Nesta exposição tentarei responder a duas questões:

1º) - Quais são as marcas de enunciação mais evidentes?

2º) - Qual o interesse em abordá-las, numa aula de língua/leitura?

Em seguida, colocarei a teoria em prática. através de rápida análise de parte de uma crônica de Luiz Fernando Veríssimo.

Vou então responder à primeira questão, simplificando bastante: são consideradas como “marcas da enunciação” os sinais ou índices que remetem o leitor ao momento da produção do texto e ao seu “fabricante”: tais marcas são reveladoras da subjetividade do sujeito enunciador. Elas estão presentes no jogo “eu X tu” (ou “Denunciador X destinatário”), assim como também na utilização de certos dêiticos (ou “indicadores”, que remetem ao referencial, ao lugar e ao momento da enunciação). Podemos também detectar tais marcas na modalização e orientação argumentativa, que podem ser notadas no uso de certos axiológicos ou no uso de certos conectores. As marcas enunciativas estão também presentes, em sua macro-forma, nas relações que os enunciadores mantêm com seus interlocutores, com seus ditos e com o mundo transcrito em seus ditos.

Além disso tudo e sobretudo nos textos literários e paraliterários, deve-se dar especial atenção às marcas de enunciação que suscitam o *renvoi au référentiel* ou seja: a observação de determinados enunciados pode nos trazer informações preciosas sobre seu *scripteur* ou autor-implícito. Estou me referindo a enunciados tais como:

1) os que contêm provérbios ou citações;

2) os que mostram a presença (às vezes, bem dissimulada) do Discurso Indireto Livre (DIL);

3) os que fazem uso de certas figuras de retórica, tais como a ironia, a hipérbole, a metáfora...

Em resumo, todos os enunciados onde são evidenciadas a heterogeneidade do sujeito enunciador.

Passemos agora à segunda questão: “– Por que essa preocupação em ensinar ao aluno como identificar tais marcas, num curso de línguas (materna e/ou estrangeiras)?”

A resposta é simples: se os alunos souberem identificar as marcas enunciativas de um texto, estarão próximos das condições de produção e das dimensões pragmáticas deste texto o que, no mínimo, lhes proporcionará uma maior segurança (e uma menor extrapolação) em termos de produção do sentido.

Vou passar então à segunda parte da exposição, onde tentarei mostrar este “rastreamento” das marcas de enunciação, tomando por base parte de uma crônica de Veríssimo.

Cronista, em geral, é um misto de jornalista e romancista que transcreve certos fatos que testemunhou ou fingiu testemunhar, obedecendo a uma certa periodicidade. A crônica é um gênero híbrido, onde se encontram, às vezes, temas da história contemporânea ou remota, geralmente tratados com certo distanciamento ou desenvoltura mais frequentemente, a crônica apresenta observações do cronista sobre a sociedade em que vive e sobre os seres (reais ou imaginários) que o rodeiam ou povoam sua imaginação. Para simplificar, podemos dizer que a crônica é uma espécie de “diário”, mas um “diário externo” que se opõe ao “diário intimista interno”.

Escolhi então parte de uma crônica intitulada *O dia da Amante* que já apareceu em jornais, no livro *O analista de Bagé* (1981) e agora volta no livro *Comédias da vida privada* (1994).

Para começar, num texto assim concebido, somos colocados diante de um eu que se dirige a um tu. Segundo a Teoria Semiolingüística, estas entidades são divisíveis: assim o eu compreende um eu exterior ao mundo contado, um sujeito-comunicante-psicossocial; é ele que cria o eu interno ao ato de linguagem, ou seja, o sujeito-falante (aquele que conta a história), simples ser de papel. Este eu desdobrado se dirige também a um tu duplo que, simplificando bastante, chamaremos de leitor ideal (interno ao texto) e leitor real (externo ao texto). Na junção destas duplas, colocarei, do lado do(s) eu(s), a entidade locutor e, do lado do(s) tu(s), a entidade interlocutor.

No texto em questão, a marca enunciativa mais visível do locutor está no uso do pronome “me”, na 5ª linha do texto: “...mas que no momento me escapa...”

Aliás, a presença do locutor como condutor do fio narrativo do texto já pode ser detectada na primeira linha do texto, onde lemos:

Já existe dia de quase tudo. Ou quase todos.

O uso repetido do “quase”, no presente caso, dirige a argumentação, pois indica que falta algo, ou o “dia de alguém”, já sugerido/imposto pelo título *O dia da Amante*. O leitor, mesmo sem se dar conta, é levado a tais conclusões. O “quase” do locutor é pois um operador argumentativo que leva o leitor para a conclusão visada pelo locutor.

Nas linhas 4 e 5 podemos notar um curioso amálgama de dêiticos (espaciais e temporais) e de termos com forte carga axiológica:

Um americano, cujo nome até hoje é reverenciado onde quer que diretores lojistas se reúnam...

Destaco então: “até hoje”, “onde quer que”, dêiticos referentes ao espaço/tempo e “reverenciado” (palavra que tem uma carga positiva). A exageração divulgada pelo uso dos dêiticos e pelo termo acima citado, mostra uma utilização da hipérbole que vai, por assim dizer, ajudar a definir a posição argumentativa do locutor: o exagero (positivo) com que é tratado o caso é forte demais para ser sincero; daí a ruptura efetuada pelo sintagma “diretores lojistas”. O criador do “Dia das Mães” não é louvado por doces mães agradecidas mas por gananciosos comerciantes. Em resumo, o enunciado começa positivo para acabar não-positivo. É uma estratégia própria à manipulação irônica: quebrar a expectativa do leitor.

No 1º parágrafo, temos uma narrativa que, em primeira instância, seria atribuída à voz do narrador. Porém, a partir da 6ª linha (até a 13ª) o fio narrativo parece ser “sugado” pelo pensamento do personagem-criador do Dia das Mães: o narrador dá a impressão de se afastar e de permitir a intervenção do personagem, que vai então manter uma espécie de diálogo (consigo mesmo ou com o narrador). Assim:

“Fez isso pensando na própria mãe.” (linha 6) = voz do narrador.

Naquela mulher extraordinária que o carregara no ventre durante nove meses sem cobrar um tostão, que o amamentara, que o embalara em seu berço, costurara sua roupa, forçara óleo de rícino pela sua goela abaixo e uma vez, quando o descobrira dando banho no cachorro no panelão de sopa, quebrara uma colher de pau em sua cabeça. Sim, aquela

mulher que sacrificara por ele sem pedir nada de volta, mas que agora exigia uma mesada maior porque estava perdendo demais nos cavalos. (linhas 6-13) = voz do personagem que dialoga com o narrador ou consigo mesmo.

É interessante notar, no parágrafo acima, a repetição do mesmo processo (passível de desencadear a ironia) já visto nas primeiras linhas do texto. Da linha 6 até a linha 8/9, o enunciado leva à uma conclusão positiva: a da mãe boa e dedicada. A partir da inclusão do conector “e” associado ao dêitico “uma vez” (linha 9), o enunciado passa a ser não-positivo: a mãe é violenta. Qual a conclusão pretendida pelo locutor? Ela aparece nas linhas 11-13, que dividiremos em duas partes:

1ª parte: “*Sim aquela mulher que se sacrificara por ele sem pedir nada de volta ----* >leva a uma conclusão P, positiva;

2ª parte- “*mas que agora exigia uma mesada maior porque estava perdendo nos cavalos-->* leva a uma conclusão Não-P, não-positiva.

Note-se que a 2ª parte, introduzida pelo conector “mas”, tem uma força conclusiva maior; o “mas” anunciando um enunciado Não-P, no lugar de P (qualquer coisa do tipo: “...*mas que agora, velhinha, precisava de sua ajuda*”) indica, mais uma vez, a subversão da linguagem e a instalação da ironia. Em outras palavras a 2ª parte não “se casa” com a 1ª.

Outro fato curioso a ser observado, no mesmo “diálogo” acima, seria a inclusão da *vox populi*, da voz de outrem, Tal voz divulga fatos dos quais o personagem não pode se lembrar (vida intra-uterina, cuidados a ele dispensados quando recém-nascido).

Nas linhas 30 e 32 temos novamente a presença de um certo DIL ou diálogo interno do personagem.

As metáforas, por sua vez, ajudam a construir o estilo irônico da narrativa. Assim, a mãe:

“...é uma bruxa velha.” (linha 33)

é “instituição” (linha 41)

e, em geral, as mães são “mafiosas” (linhas 43-46).

Através da colocação de tais estratégias retóricas, o locutor consegue assim atacar o inatacável.

Há, no texto, um curioso caso de auto-referenciação. Trata-se do enunciado:

“Isto chocaria a todos,...” (linha 41)

que, numa primeira leitura, está bem inserido na trama que mantém o universo textual: o “*Isto*” referindo-se à possibilidade de alguém opor-se à criação do Dia das Mães. Seria chocante! Mas, numa segunda leitura, o “*Isto*” pode também estar se referindo à crônica em si, ao modo pelo qual, deliberadamente, o tema “*mãe*” será tratado. O “*Isto chocaria a todos*” denuncia a intenção implícita do escritor no momento da elaboração de sua escritura: chocar seus leitores, logo, seduzi-los...

Em seu livro *Grammaire du sens et de l'expression* (1992), Patrick Charaudeau fala dos quatro modos de organização discursiva que norteiam ou compõem os diferentes textos: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Por questões de tempo, vamos considerar aqui apenas o primeiro modo, o enunciativo, que pode ser analisado a partir de três itens:

- 1º) a relação que o locutor mantém com seu dito (ou com seus enunciados);
- 2º) a relação do locutor com o discurso do “mundo”;
- 3º) a relação que o locutor mantém com seu interlocutor.

No texto analisado, a posição do locutor em relação aos seus ditos é inteiramente calcada na prática irônica, centrada num tema normalmente utilizado com ternura e/ou respeito. Aqui, os sagrados valores são propositalmente dessacralizados.

A relação do locutor com o discurso do mundo é, pois, baseada na subversão: subvertendo a linguagem, introduzindo surpresas enunciativas chocantes (vide, por exemplo, linhas 12-13), jogando com a sedução estilística própria ao uso de certas figuras retóricas, o locutor está, implicitamente, alterando a ordem do mundo: a mãe é tirana, jogadora inveterada, o filho, um ser sacrificado. Outro exemplo: Jesus não é somente o doce filho de Deus, os Apóstolos não são apenas os fiéis propagadores de sua palavra: no texto, todos tornam-se meros objetos de venda. Da simples ironia de uma história sustentada por seres de papel, criações do sujeito-comunicante, passa-se à crítica do social e de seus falsos valores.

Finalmente, vejamos a relação que o locutor mantém com seu interlocutor: ao empregar estratégias persuasivas irônicas, ao subverter valores, o locutor está, na verdade, cumprindo um “contrato” com seu leitor. Quem já conhece Veríssimo não espera que ele adote um tom “certinho”, “sério”, para tratar de assuntos do cotidiano, mas sim que derrube mitos, que faça rir. Em outras palavras, o locutor cumpre as regras deste contrato já a partir do título do livro: *Comédias da vida privada*, onde o termo “comédias” poderia ser traduzido por “Críticas”.

Conclusão

Meu objetivo com esta exposição foi o de tentar reforçar a idéia de que a associação “teorias discursivas + textos paraliterários ou literários” é bastante útil já que afasta o perigo de interpretações um tanto quanto “impressionistas” do texto escrito, sem no entanto sufocar a percepção do leitor/estudante que se concentrará naquilo que tem diante dos olhos: o documento escrito, resultado final e concreto do encontro entre o lingüístico e o extra-lingüístico.

O dia da amante

Já existe dia de quase tudo. Ou quase todos. Começou com o Dia das Mães. Um americano, cujo nome até hoje é reverenciado onde quer que diretores lojistas se reúnam, mas que no momento me escapa, foi o inventor do Dia das Mães. Fez isso pensando na própria mãe. Naquela mulher extraordinária que o carregara no ventre nove meses sem cobrar um tostão, que o amamentara, que o emalhará no seu berço, costurara sua roupa, forçara óleo de rícino pela sua goela abaixo e uma vez, quando o descobrira dando banho no cachorro no panelão de sopa, quebrara uma colher de pau na sua cabeça. Sim, aquela mulher que se sacrificara por ele sem pedir nada de volta, mas que agora exigia uma mesada maior porque estava perdendo demais nos cavalos. De nada adiantara seu protesto.

– Não posso, mamãe. Os negócios não vão bem.

– Não interessa.

– Nós só ganhamos dinheiro mesmo no Natal. No resto do ano...

E então o rosto dele se iluminou. Tivera uma idéia. A mãe não entendeu e espalhou para os seus amigos no hipódromo que o filho finalmente perdera o juízo que tinha. Mas a idéia era brilhante. Ele a apresentou numa reunião de varejistas naquele mesmo dia.

– Precisamos criar dois, três, muitos Natais!

– Espera aí – disse alguém – Mas só houve um Jesus Cristo.

– E os apóstolos? São doze apóstolos. Cada um também não tinha o seu aniversário?

– Mas ninguém sabe o dia.

– Melhor ainda. Inventaremos, todo mês, o aniversário de um apóstolo. Teremos natais o ano inteiro!

Mas a idéia não agradou. Apóstolo não tinha o apelo de venda de um Jesus Cristo. Mesmo assim, a idéia de criar outras datas para os fregueses se darem presentes era boa. Era preciso motivar as pessoas. Era preciso forçar as vendas. Era preciso ganhar mais dinheiro. Nem que fosse para a mãe perder nos cavalos.

– Aquela bruxa velha – murmurou ele.

– O que foi?

– Estava pensando na mãe.

– A mãe! É isso!

– O quê?

– A mãe! O Dia das Mães. Você é um gênio.

Foi um sucesso. Ninguém podia chamar aquilo de oportunismo comercial, pois ser contra o Dia das Mães equivaleria a ser contra a Mãe como instituição. Isto chocaria a todos, principalmente às mães. Que, como se sabe, formam uma irmandade fechada com ramificações internacionais. Como a Máfia. As mães também oferecem proteção e ameaçam os que se rebelam contra elas com punições terríveis que vão da castração simbólica à chantagem sentimental. Pior que a Máfia, que só joga as pessoas no rio com um pouco de cimento em volta.

(VERÍSSIMO, Luiz Fernando. *Comédia da vida privada*. Porto Alegre, L&M. P. Editores, p. 15-16)

O que é gramática gerativa?

Lorenzo Vitral

(UFMG)

A teoria lingüística chamada Gramática Gerativa tem sido desenvolvida por Noam Chomsky e muitos outros pesquisadores desde 1957. Trata-se de uma teoria que se ocupa das línguas e da linguagem.

Há, entretanto, várias maneiras de se estudar as línguas e a linguagem. O que existe, na verdade, são homens que falam, numa sociedade que se organiza através da linguagem. Vamos chamar isto de mundo das aparências, das coisas que existem concretamente. Para tornar inteligível este mundo das aparências, o espírito humano constrói modelos abstratos, teorias, que levam em conta normalmente apenas partes desse mundo. Quero dizer que cada modelo abstrato, cada teoria, escolhe um aspecto da linguagem para estudar e que não existe um modelo bem sucedido que contemple todo o fenômeno da linguagem. Esta observação é válida em outras áreas do conhecimento, como na física, por exemplo.

O que se faz, então, é privilegiar um aspecto da linguagem, o dos sons, por exemplo, o significado destes sons, as modificações da língua, geograficamente ou historicamente. Pode-se também estudar a conversação, o texto, etc.

Ao tomar um desses aspectos da linguagem como tema de pesquisa já se faz um primeiro trabalho de abstração. Ora, a linguagem tem lugar de maneira global, inteira. E é no interior do fragmento da linguagem escolhido que o pesquisador vai elaborar seu **objeto de estudo**.

A Gramática Gerativa vai se ocupar, privilegiadamente, da sintaxe das línguas, mas não é a sintaxe das línguas seu objeto de estudo. A sintaxe das línguas é apenas um meio para se descrever uma entidade teórica chamada de Gramática Universal. Este é o objeto de estudo da Gramática Gerativa.

A Gramática Universal pode ser definida, inicialmente, como os aspectos sintáticos que são comuns a todas as línguas do mundo.

Supõe-se então que, apesar da variação que existe entre as línguas, isto é, apesar das línguas serem diferentes (por exemplo, o fato de o objeto direto

aparecer antes do verbo em japonês e depois do verbo em português) existiria uma gramática subjacente a todas elas. Esta gramática seria composta de 1) mecanismos que permitiriam colocar em relação termos da língua, formando níveis de representação associados com a interpretação do significado dos sons e 2) um conjunto de princípios que restringiriam as possibilidades de combinação desses. Esta gramática conteria também certos parâmetros que determinariam as dimensões de variação das gramáticas das línguas. Esta gramática só permitiria também a ocorrência de frases bem-formadas de uma língua.

A dicotomia frase bem-formada/mal-formada não se confunde com a oposição frase correta/incorrecta da gramática tradicional: a frase incorreta pode ser uma frase bem-formada. Embora a gramática só permita a ocorrência de frases bem-formadas, o lingüista lida também com frases mal-formadas. O lingüista trabalha, na verdade, no limite entre as frases bem-formadas e as mal-formadas. É, neste limite, para usar uma metáfora, entre o mundo da gramaticalidade e o mundo da agramaticalidade, que se podem identificar os princípios da Gramática Universal. Nesse sentido, vale a brincadeira segundo a qual o gerativista não gosta da língua. A análise da língua, que é extensa, é só um pretexto para se estabelecer a Gramática Universal.

Essas idéias redefiniram a natureza da linguagem e da teoria lingüística. Diferentemente do estruturalismo que edifica sua teoria a partir de uma pergunta sobre a gênese da significação, a gramática gerativa propõe que o que é essencial à linguagem é a sua recursividade, isto é, o fato de com elementos finitos ser possível gerar frases infinitamente. Frases em número infinito, mas não todo tipo de frase. A questão que se coloca é saber o que faz com que uma frase seja uma frase de uma língua. Conclui-se, assim, que existem princípios que filtram as frases mal-formadas.

Como a idéia da existência da Gramática Universal pôde ser considerada plausível? Ora, é uma idéia estranha: no mundo das aparências as línguas variam; existe até o mito bíblico da torre de Babel.

Para justificar a hipótese da Gramática Universal, há uma crença e dois tipos de evidências que podem ser chamadas de empíricas.

A crença, que é a mesma que permitiu o aparecimento da física clássica no século XVII, é a de que existe uma ordem oculta no universo, ou seja,

subjacente ao caos do mundo das aparências, existe um mundo perfeito composto de leis que o cientista deve descobrir ou estabelecer.

A hipótese da Gramática Universal pode ser vista como uma transposição dessa crença para o domínio da linguagem. Assim como existem as leis que predeterminam o universo, há os princípios que pré-estabelecem as possibilidades de variação entre as línguas. O gerativista, que é um iluminista (mas não iluminado), espera: o que não damos conta hoje, podemos dar conta amanhã.

O primeiro tipo de evidência que sustenta a hipótese da gramática universal é o trabalho empírico de análise de línguas. O que se faz é um trabalho de sintaxe comparativa no qual se procura estabelecer regularidades entre as línguas e, a partir dessas regularidades, princípios que as expliquem. Se encontrarmos, por exemplo, comportamento sintático espetacularmente similar entre o português do Brasil e o chinês, como em VITRAL (1992), não há a possibilidade de se explicar isto através de contato entre as línguas, empréstimo, etc. Parece necessário supor que há algo em comum, num nível abstrato, entre essas línguas.

O outro tipo de evidência que sustenta a hipótese da gramática universal diz respeito à aquisição da linguagem pela criança. As características da aquisição da linguagem desfavorecem a idéia de que a aquisição da linguagem se dá pela transmissão de estruturas lingüísticas externas (que o adulto domina) para a criança que as intrometa. As coisas não se passam assim. Há evidências que mostram que o ambiente lingüístico da criança apenas ativa estruturas que já são de posse da mesma. Além disso, a aquisição da linguagem é homogênea, isto é, independe de classe social, grau de estimulação e tem lugar entre 1 e 4 anos; a aquisição também é completa, ou seja, a criança aprende todo o sistema lingüístico. Não há casos de aprendizagem parcial: seria uma hipótese absurda a criança aprender as frases interrogativas, mas não saber estruturar nem interpretar as frases relativas porque a mãe trabalha fora e não tem tempo de ensinar.

Supondo então que a hipótese da gramática universal seja plausível, como explicar por outro lado, o fato de ela ser universal? Ou seja, por que ela é comum a todas as línguas?

Chomsky propõe que a gramática universal deve ter uma base biológica, isto é, o que se chama de Gramática Universal é uma teoria sobre

mecanismos inatos, uma matriz biológica que fornece uma estrutura dentro da qual se dá o desenvolvimento da linguagem. A gramática universal é, pois, transmitida geneticamente. Esta hipótese de que bases do pensamento ou da linguagem possam ter correspondentes biológicos ou anatômicos encontrou muita resistência esses anos todos. Estamos prontos para aceitar isto com relação a características cognitivas. O fato é que Chomsky acredita que devemos pressupor uma matriz biológica, com características que possam ser especificadas e que determinem o resultado de qualquer processo ao qual o organismo seja submetido, embora estejamos muito longe de conseguir estabelecer correspondências entre entidades biológicas e entidades lingüísticas.

Referência Bibliográfica

VITRAL, L. *Structure de la proposition et syntaxe du mouvement en portuguais brésilien*. Tese de doutorado, Universidade de Paris VIII, 1992.

Achou o vale brinde ... Ganhou*

Maria Beatriz Nascimento Decat
(UFMG)

Um enunciado como esse costuma aguçar a mente do pesquisador-detetive, impelindo-o na busca de explicações para o fenômeno ali detectado: a relação de condição que emerge entre as duas partes do enunciado, ou seja, achou o vale-brinde e ganhou. Imediatamente surgem as primeiras indagações:

- o que existe naquela estrutura que permite que se lhe atribua o mesmo significado do enunciado “**Se achar o vale-brinde, ganha**”?
- seria essa uma estrutura de coordenação ou de subordinação?
- o que leva a relação de condição a se manifestar, em alguns casos, através do processo de subordinação, com a presença, no caso em questão, do conectivo “se”, e, em outros, por uma ‘aparente coordenação’?
- é possível detectar-se também uma relação de condição num enunciado como “**Faça isso e você apanha**”; ou uma relação de concessão no provérbio **Casa de ferreiro, espeto de pau**?
- qual o papel de cada porção desses enunciados no discurso maior em que se inserem?

Buscando elucidar questões como essas, costuma-se deparar, por um lado, com a insuficiência ou inadequação de análises tradicionais para explicar satisfatoriamente tais fatos em seu comportamento na língua. Por outro lado, mesmo na lingüística moderna não se encontram facilmente subsídios para o esclarecimento dessas indagações. Isso porque os caminhos por ela trilhados têm feito da predicação e da complementação os aspectos privilegiados nas diferentes pesquisas, relegando a segundo plano, ou mesmo ignorando, a necessidade de se conhecer, através de investigação sistemática, a natureza de um processo importante na organização do

discurso, qual seja o da **combinação**, ou **articulação, de orações**, principalmente quando dessa articulação emerge uma **relação adverbial**.

Muito se tem discutido sobre a natureza da subordinação e sua relação com a coordenação. Com algumas exceções (por exemplo, CHAFE, 1984), pouco se tem falado do problema geral da subordinação em termos da estrutura do discurso e que as chamadas ‘orações subordinadas’ aparecem. A metodologia tradicional empregada por lingüistas nos estudos de sintaxe tem ficado, quase que exclusivamente, confinada ao estudo de sentenças isoladas (seja quanto ao estudo de seu significado seja quanto ao estudo de sua estrutura, atendo-se, como foi apontado acima, a aspectos de predicação e complementação), distanciadas não só de seu produtor – o falante – como também do contexto comunicativo em que elas estão inseridas. Embora uma análise que utilize tal metodologia seja importante, ela é apenas um passo preliminar necessário à investigação lingüística.

Na tarefa de distinguir coordenação e subordinação, nem todos os gramáticos acreditam tratar-se de uma dicotomia bem definida, bem delimitada. De modo geral, tal distinção se fundamenta na noção de dependência, ora formal, sintática, gramatical, ora semântica, o que acaba levando à circularidade das definições. Caracterizada como um processo em que se manifesta uma relação de dependência, a subordinação se contrapõe, vista dessa forma, ao paralelismo de funções sintáticas freqüentemente usado como parâmetro para a caracterização da coordenação. Por outro lado, embora admitindo, muitas vezes, a existência de casos a que chamam de coordenação aparente (ou ‘falsa coordenação’) e de subordinação aparente, os gramáticos tradicionais não chegam a estabelecer uma distinção entre aparência formal e função real.

Por vezes se utiliza da noção de seqüencialidade como parâmetro para diferenciar coordenação de subordinação. Assim é que, para CÂMARA JR. (1964), tal diferenciação se baseia no fato de as orações tidas como independentes poderem se coordenar em seqüência. De outras vezes a subordinação é vista também como um conceito ligado à natureza da oração, contrapondo-se à coordenação, que é acidental. Dentro desse enfoque, costuma-se dizer que uma oração É subordinada e ESTÁ coordenada. Decorre disso que a subordinação “é a relação de dependência entre as funções sintáticas” (CHAVES DE MELO, 1968: 233), ao passo

que na coordenação se tem um “paralelismo de funções ou valores sintáticos idênticos” (id. ib.).

Um outro parâmetro para a distinção entre coordenação e subordinação é a conjunção, cuja presença é considerada como marca de subordinação, sendo por ela que as orações se fazem subordinadas, como postula SOARES BARBOSA (1875). Ora, se se coloca a conjunção como responsável pela subordinação, parece não ser possível admitir a existência de subordinação (ou hipotaxe) sem a conjunção. No entanto, dentre os próprios gramáticos tradicionais há os que apontam para a existência do que chamam de “subordinação assindética”, do mesmo modo como acontece em vários casos de coordenação. A ausência da conjunção numa estrutura como

Achou o vale-brinde... ganhou

não elimina a relação adverbial existente entre as orações. O papel da conjunção, nesse caso, poderia ser, quando muito, o de explicitar a relação aí existente.

Um outro parâmetro para caracterizar a subordinação, e distingui-la da coordenação, nas análises tradicionais, é o do **exercício de função em outra oração**, o que constitui um problema. É bom lembrar que, no caso de orações adverbiais, nem sempre uma oração está exercendo função em outra. Ela pode, simplesmente, estar servindo, no discurso, do que CHAFE (1984) chama de “guia”, “pista” para o que vem a seguir.

O critério semântico leva também alguns gramáticos – ao contrário de outros que atribuem o caráter dependente somente a orações subordinadas – a postular a existência de duas espécies de dependência: a dependência de coordenação e a de subordinação. Por outro lado, a caracterização em bases semânticas, exclusivamente, não se apresenta como adequada para estabelecer a diferença entre coordenação e subordinação. Primeiramente, o estabelecimento dessa oposição com base na possibilidade de uma oração poder, ou não, constituir por si só um enunciado é uma postura refutável. Isso porque, mesmo em se tratando de uma construção de coordenação, não é possível admitir que uma oração como mas ele não veio em

Eu o esperei mas ele não veio

ou e você apanha em

Faça isso e você apanha

possa constituir sozinha um enunciado.

A necessidade de um esclarecimento das noções apontadas acima, bem como do próprio conceito de **subordinação**, tem proporcionado estudos mais específicos na **lingüística** moderna. Assim é que, mais do que dizer se uma oração é, ou não, subordinada, interessa saber que tipo de relacionamento as cláusulas mantêm entre si, ou seja: se integradas estruturalmente em outra por **encaixamento**, ou se articuladas para modificar ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra cláusula, o que se caracteriza como **hipotaxe**. Embora alguns lingüistas ainda se prendam aos níveis sentenciais, outros há que conduzem suas análises para um âmbito mais amplo, qual seja o do discurso, numa **abordagem funcionalista**, com o objetivo de verificar a inter-relação entre a configuração formal, gramatical dos enunciados (**forma**) e o papel que eles exercem no discurso (**função**), tendo em vista a função comunicativa. Nas análises mais recentes, procura-se estabelecer a relação existente entre um enunciado com o discurso antecedente e o discurso subsequente, considerando a função textual de coesão e o contexto comunicativo em que o enunciado ocorre.

O tratamento insuficiente dado à ‘subordinação’ adverbial nas análises tradicionais ou mesmo em enfoques lingüísticos mais modernos impede que se estabeleça uma relação, ou uma semelhança, entre as estruturas vistas acima, ou seja: atribuindo às cláusulas o caráter de coordenadas ou subordinadas em termos da forma como estão realizadas, as análises vigentes não permitem que se perceba, na maneira aparentemente diferente como as orações se articulam, a manifestação de um mesmo fenômeno. Também as abordagens tradicionais não abrem possibilidade para uma análise que estabeleça as características de um enunciado, ou mesmo de uma oração, como podendo ser uma conseqüência do discurso mais amplo do qual ele faz parte. Embora muitas vezes cumprindo o objetivo proposto, mesmo assim as análises tradicionais se mostram insuficientes por não explicitarem a **função discursiva** dos enunciados ou de parte deles. Casos como o de construções sintáticas diferentes mas com equivalência de funções no discurso não têm como ser explicados naquelas abordagens, restritas que são a critérios formais e a níveis sentenciais. Até mesmo as “falsas coordenações” não logram uma explicação satisfatória pela

Gramática Tradicional. Embora esse modelo aponte para esse aspecto da relação entre as proposições, continua mantendo a análise das sentenças isoladas, atribuindo a elas classificações baseadas somente na presença de um conectivo dado como “coordenativo”. Assim é que o enunciado

Faça isso e você apanha

será analisado pela Gramática Tradicional como uma estrutura de coordenação de orações de “mesma natureza”, ligadas pelo conectivo **e**. A segunda dessas orações é, naquele modelo, classificada como coordenada aditiva em função do conectivo que a encabeça. Mais uma vez o critério formal deixa de fora um importante aspecto dessa estrutura, que é a relação de **condição** emergente entre as duas cláusulas, falseando, assim, a natureza dessa articulação.

Fatos como esses acima levantados justificam a necessidade de se dar um tratamento mais abrangente à subordinação adverbial em português, de tal modo a levar em conta a função discursiva de construções como essas. Somente uma tal abordagem vai mostrar, por exemplo, que a anteposição de uma cláusula adverbial poderá estar servindo a uma estratégia discursiva qualquer. Apenas um tratamento que não se prenda a critério formal de presença de conectivo e leve em conta o nível além da sentença poderá detectar as relações implícitas mantidas entre as orações que se articulam hipoteticamente. Não importa saber, portanto, se uma oração é “coordenada” ou “subordinada”, “dependente” ou “independente”; importa estabelecer, ou resgatar, a rede de relações que governam a articulação das cláusulas hipotáticas para a organização do discurso, bem como as funções discursivas. A abordagem funcional-discursiva vai permitir resgatar a relação entre as funções da linguagem e a própria língua em uso, considerando os efeitos que a utilização de uma determinada estrutura vai produzir no discurso. Entendendo como discurso todo e qualquer produto da atividade de linguagem numa situação real de comunicação, trabalha-se, nessa abordagem, com a noção de Língua em sua manifestação externa, ou seja, a língua em uso. E sendo funcional, envolvendo, portanto, as situações reais de comunicação, a análise irá considerar, obviamente, a função comunicativa da linguagem. Sendo discursiva a análise irá considerar o relacionamento das orações com porções maiores do que simplesmente uma ‘sentença’, em termos do que é **nuclear** e **periférico** na organização do discurso. Em outras palavras, discursivo aqui tem a ver com a maneira

como o falante organiza seu discurso de forma a torná-lo coerente e coesivo.

Funcional significa, também, lidar com a relação entre as funções da linguagem e a língua em uso. Assim, os enunciados estarão servindo a uma função discursiva qualquer, seja para estabelecer coesão, seja para expressar, no caso das orações adverbiais, o FUNDO em oposição à FIGURA, seja como pontes de coerência servindo de guia para o discurso subsequente, numa função catafórica, ou retomando anaforicamente o discurso anterior, ou parte dele.

Em resumo, uma visão funcional-discursiva compreende: a) a consideração de unidades maiores que a sentença (embora as orações possam se articular com outra dentro de uma mesma sentença); b) o uso que o falante faz das opções para atingir determinados propósitos comunicativos; c) a consideração do contexto maior em que a oração se insere.

Assim, a abordagem funcional-discursiva do fenômeno da articulação de orações abre, ao contrário do enfoque tradicional ou de outros da lingüística moderna, a possibilidade de se dar conta da função a que uma oração adverbial serve numa porção maior de discurso. Noções como ‘subordinação’ ou ‘dependência’ já não se fazem necessárias para o estudo da articulação de cláusulas. No caso da articulação adverbial, por exemplo, interessa, mais do que saber se se trata de subordinação, verificar a importância do papel coesivo da oração adverbial. Tal importância se faz sentir dentro do próprio sistema da língua, ao se deparar com o esvaziamento semântico das conjunções que costumam encabeçar tais orações. Exatamente por ter essa função coesiva é que a cláusula adverbial pode até mesmo prescindir de um conectivo; ou, quando esse ocorre, muitas vezes está servindo apenas de um reforço para a articulação da cláusula com o discurso em que se insere.

Através de uma abordagem funcional-discursiva é possível também verificar como esse caráter coesivo da oração adverbial permite a relação entre ‘períodos’, ou entre parágrafos na língua escrita. Funcionando, por exemplo, como ‘ponte de transição’, referindo-se a uma porção anterior de discurso, ou como ‘tópico’, a oração adverbial coloca-se como o elemento inicial do parágrafo, considerado por LONGACRE (1979) como uma unidade estrutural, mais do que ortográfica. A oração adverbial será, numa tal abordagem, um indício para a delimitação dessas partes.

Finalmente, e retomando o que foi exposto no início, numa abordagem funcional-discursiva não haverá lugar para se falar em estruturas “aparentemente coordenadas”, ou “aparentemente subordinadas”, ou “falsas coordenações”. A identificação das orações em termos discursivos evitará que se atrele a sua classificação a critérios puramente formais, e exclusivamente no nível sentencial. Por outro lado, a utilização de uma dicotomia na definição dos processos de articulação de cláusulas não dará conta daqueles casos considerados limítrofes. O que importa é atentar para os efeitos que a utilização de um determinado processo de articulação de cláusulas vai produzir no discurso, o que leva a entender que “formas com origens gramaticais diferentes podem tornar-se equivalentes no discurso” (LABERGE & SANKOFF, 1979: 439).

* O presente texto tem origem na tese de doutorado da autora, defendida junto à PUC-SP em novembro de 1993, e intitulada “**Leite com manga, morre!™**: da hipotaxe adverbial no português em uso”, inédita.

Referências Bibliográficas

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 2. ed. refundida. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1964. 369 p.

CHAFE, Wallace L. How people use adverbial clauses. In: ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, *Berkeley. Proceedings...* Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984. p.437-449.

CHAVES DE MELO, G. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968. 404 p.

LABERGE, S., SANKOFF, Gillian. Anything You Can Do. In: GIVÃN, T. (Ed). *Syntax and Semantics* (Discourse and Syntax). New York: Academic Press, 1979. v. 12. p.419-440.

LONGACRE, R.E. The paragraph as a grammatical unit. In: GIVÃN, T. (Ed). *Syntax and Semantics* (Discourse and Syntax). New York: Academic Press, 1979. v. 12. p.115-134.

SOARES BARBOSA, Jerônimo. *Grammatica philosophica da lingua portugêza* (ou Princípios da Gramática Geral Aplicados à Nossa Linguagem). 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875. 320 p.